



EUA ANUNCIAM NOVA TARIFA DE 12,5% CONTRA BRASIL POR FALHAR NO COMBATE AO TRABALHO FORÇADO

Os Estados Unidos decidiram aplicar uma nova tarifa ao Brasil com base na Seção 301 da Lei de Comércio, em uma investigação sobre falhas no combate à importação de produtos feitos com o uso trabalho forçado. A sobretaxa de 12,5% foi anunciada nesta quinta-feira (23) e deve se somar aos 25% já impostos na semana passada em outra investigação envolvendo produtos brasileiros.

"O representante de comércio determinou, em conformidade com a orientação específica do presidente, que a alíquota da tarifa, bem como o alcance das tarifas e das isenções, são apropriados para obter a eliminação dos atos, políticas e práticas conside-

rados passíveis de sanção na investigação", afirmou o USTR (Escritório do Representante do Comércio dos EUA) em documento.

A nova tarifa, que será aplicada a mais de 2.000 itens feitos no Brasil, começa a ser aplicada a partir da 01h01 desta sexta-feira (horário de Brasília).

"O presidente Trump está combatendo a escravidão moderna em sua origem ao exigir que os parceiros comerciais dos Estados Unidos adotem e façam cumprir proibições à importação, para garantir que produtos fabricados por trabalhadores submetidos a condições tão terríveis deixem de circular no comércio global", diz o documento.

Em nota, o governo brasileiro rechaçou a nova

tarifa. "Na ausência de base legal interna para sustentar sua política comercial protecionista, o USTR optou por manipular tema caro aos direitos humanos e à luta dos trabalhadores e trabalhadoras em todo o mundo para acusar 59 países e a União Europeia de práticas desleais", diz o comunicado.

O Brasil integra um grupo de 59 economias atingidas pela medida, cujas tarifas aplicadas variam entre 10% e 12,5%. De acordo com um cálculo realizado pela iniciativa GTA (Global Trade Alert) e encaminhado à reportagem, somando as duas tarifas, o Brasil segue como o segundo país que mais sofre com tarifação do governo Trump só atrás da China.

Folhapress



DESTAQUES DO DIA



FMI elogia Pix e cobra autonomia financeira do Banco Central

Governo Lula afrouxa restrições por lei eleitoral, e EBC republica parte de conteúdo tirado do ar

Flávio Bolsonaro recebeu R\$ 500 mil de empresa ligada a consultoria que operou com o Master

União pode abrir mão de R\$ 190,7 bilhões em 30 anos de Propag, diz IFI



Petróleo dispara mais de 8% e ultrapassa US\$ 100 com ataques de houthis a navios sauditas



NO MUNDO

Sob pressão, Trump ameaça guerra 'maior do que nunca' contra o Irã



Com o agravamento da crise no Oriente Médio, o presidente Donald Trump voltou a escalar sua retórica em relação ao Irã nesta quinta-feira (23). O americano disse que está "considerando um ataque maciço, maior do que nunca" contra a teocracia.

A ameaça foi feita em uma entrevista ao site americano Axios, na qual o republicano não estabeleceu um prazo para a decisão. "Estou perto de tomar a decisão. Estamos prontos para isso", disse ele, ressaltando não haver nenhuma mobilização militar específica.

"Eles [os iranianos] ainda não sofreram dor suficiente", afirmou, dizen-

do que uma nova ação irá superar em intensidade as cinco semanas iniciais do conflito, iniciado quando Estados Unidos e Israel atacaram o país persa em 28 de fevereiro.

Aquela foi a fase mais aguda da guerra, tendo deixado estimados 3.500 mortos na teocracia, inclusive seu líder supremo, aiatolá Ali Khamenei, e boa parte da elite política e militar do país.

Segundo Trump, Israel apoiaria uma nova ofensiva generalizada. "Eles se uniriam a nós em dois minutos, se eu pedisse", afirmou, dizendo entretanto que "nós não precisamos de ninguém" para agir. O republicano admite que, se o Es-

tado judeu voltar a atacar o Irã, "haverá consequências".

Nos últimos dois dias, bombardeiros estratégicos americanos B-1B voltaram a operar na base britânica de Fairford, elevando a especulação acerca de um ataque. Nesta quinta, a Guarda Revolucionária do Irã disse que isso tornaria a unidade no Reino Unido um alvo militar legítimo.

A nova subida de tom do americano visa forçar os iranianos, até aqui inflexíveis, a negociar uma nova trégua. A fase atual de ataques, definida pelo chanceler iraniano, Abbas Araghchi, como uma troca recíproca "olho por olho", começou há duas semanas.

Folhapress

Incêndio na França deixa céu vermelho e força 10 mil a deixarem vila

Um incêndio florestal de rápida propagação forçou mais de 10.000 pessoas a deixarem suas casas e áreas de acampamento perto da costa atlântica da França, enquanto o calor extremo e o agravamento da seca alimentam incêndios por toda a Europa e cientistas alertam que as mudanças climáticas estão intensificando a escassez de água no continente.

Em toda a Europa, três ondas de calor consecutivas nesta temporada intensificaram a seca, sobrecarregaram o abastecimento de água e deixaram a vegetação extremamente seca e inflamável, fazendo com que os incêndios florestais queimem, só até julho deste ano, uma área maior do que a média anual das últimas duas décadas no continente que mais aquece no mundo.

O calor também foi apontado como causa de

milhares de mortes.

Mais de 10.000 pessoas foram evacuadas durante a noite de quarta-feira (22) no sudoeste da França, à medida que um incêndio de rápida propagação consumia pelo menos 2.400 hectares de terra a oeste da cidade de Bordeaux, informaram as autoridades nesta quinta-feira (23).

Quinhentos bombeiros trabalham para controlar as chamas, informou a prefeitura, acrescentando que não houve feridos até o momento. O incêndio ocorre perto da região da Baía de Arcachon, um destino turístico popular, e muitas das pessoas evacuadas são visitantes hospedados em áreas de acampamento. "Durante a noite, o fogo se espalhou mais rapidamente do que imaginávamos", disse Philippe de Gonneville, prefeito de Lège-Cap Ferret.

CNN

Israel teme corrida armamentista após acordo entre EUA e Arábia Saudita



Um acordo entre os Estados Unidos e a Arábia Saudita, que permite ao reino construir reatores nucleares utilizando tecnologia norte-americana e enriquecer urânio, alimentou temores em Israel de que se inicie uma corrida armamentista no Oriente Médio.

O acordo, que ainda precisa da aprovação do Congresso dos EUA e foi anunciado na quarta-feira (22), tem como objetivo permitir que os sauditas desenvolvam um programa nuclear civil.

O primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, e seus ministros da Defesa e das Relações Exteriores

ainda não se pronunciaram sobre o acordo, que, segundo os críticos, compromete os interesses de segurança de longo prazo de Israel.

"O acordo nuclear que está sendo fechado com a Arábia Saudita, sem o conhecimento de Israel, é uma grave falha estratégica que coloca em risco nossa segurança", afirmou o ex-primeiro-ministro Naftali Bennett, que busca derrotar Netanyahu nas eleições de 27 de outubro.

"O enriquecimento nuclear em solo saudita pode levar a uma corrida nuclear regional e a uma perigosa perda de controle."

O ex-ministro da Defesa de Israel Avigdor Lieber-

man afirmou que "o programa nuclear civil na Arábia Saudita resultará em armas nucleares e levará a uma corrida armamentista insana em todo o Oriente Médio".

Israel, que é amplamente considerado como detentor do único arsenal nuclear da região, deve se opor ao acordo e pressionar o Congresso dos EUA para impedi-lo, disse ele.

Um acordo nuclear civil entre Estados Unidos e Arábia Saudita vem sendo elaborado há anos, tanto durante o primeiro mandato do presidente norte-americano, Donald Trump, quanto durante o do ex-presidente Joe Biden.

CNN

DATA
MERCANTIL

São Paulo

◆ JORNAL DATA MERCANTIL LTDA.
CNPJ nº 35.960.818/0001-30
Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000

◆ Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br

◆ EDITORIAL: Daniela Camargo
◆ COMERCIAL: Tiago Albuquerque
◆ Serviço Informativo: FolhaPress,
Agência Brasil, Senado, Câmara, Istoé-
Dinheiro, Notícias Agrícolas.

Rodagem:
Diária

Fazemos parte
da



ECONOMIA

FMI elogia Pix e cobra autonomia financeira do Banco Central



O Fundo Monetário Internacional (FMI) elogiou o Pix como um dos principais responsáveis pela transformação do sistema financeiro brasileiro, mas alertou que o Banco Central (BC) precisa de autonomia financeira e orçamentária para manter a capacidade de supervisão diante da expansão do setor.

As conclusões constam no relatório de Avaliação da Estabilidade do Sistema Financeiro (FSSA), divulgado nesta quinta-feira (23).

O documento, elaborado em parceria com o Banco Mundial após missões técnicas ocorridas no Brasil entre dezembro de 2025 e março de 2026, afirma que o sistema financeiro nacio-

nal é resiliente, mas enfrenta desafios relacionados à falta de pessoal nos órgãos de supervisão, limitações legais e necessidade de fortalecimento institucional. O último relatório do tipo foi elaborado em 2018.

Na avaliação do FMI, o Pix consolidou-se como um importante instrumento de inclusão financeira, ampliação da concorrência e digitalização do mercado bancário brasileiro.

"Os bancos digitais emergentes reduziram a concentração do setor bancário e continuam a fomentar a concorrência e a eficiência, resultando também em taxas de crédito mais baixas."

O relatório destaca que o sistema de pagamentos

instantâneos acelerou a transformação digital do setor financeiro e impulsionou o crescimento dos bancos digitais.

Ao mesmo tempo, o Fundo alerta para o aumento dos riscos cibernéticos e das fraudes digitais, defendendo o fortalecimento da governança do sistema.

Entre as recomendações, está a formalização da política de supervisão do Pix e a separação entre as funções operacionais e fiscalizatórias desempenhadas pelo Banco Central.

Além dos elogios ao Pix, o FMI afirma que é urgente fortalecer a estrutura do Banco Central para garantir a estabilidade do sistema financeiro.

Wellton Máximo/ABR

Ressarcimento de cortes de energia renovável deixa de fora quase metade dos casos, e setor vê riscos

A portaria publicada pelo governo federal com as regras para o ressarcimento retroativo a empresas que sofreram cortes de geração de energia renovável foi recebida com ressalvas pelo setor. Por um lado, a avaliação é que o documento sinaliza um avanço e deve dar fôlego financeiro às companhias. Por outro, ignora problemas considerados centrais na atual crise do "curtailment" no Brasil.

Uma das frustrações do setor é que o texto deixa de fora uma das principais causas de interrupções na geração, o excesso de oferta.

A portaria estabeleceu que as usinas de energia eólica e solar vão poder receber compensação financeira somente por cortes decorrentes de eventos de confiabilidade elétrica (quando a restrição é feita para manter a segurança do sistema) ou de indisponibilidade externa (como falhas em linhas de transmissão).

A exclusão da chamada razão energética -os cortes

por sobreoferta de energia- já estava prevista desde o ano passado, quando o governo Lula sancionou a lei do novo marco regulatório do setor. No entanto, entidades do setor dizem que tentaram negociar com o Ministério de Minas e Energia os termos dessa equação.

O ressarcimento vai valer para os cortes que as usinas sofreram entre 1º de setembro de 2023 e 25 de novembro de 2025. Nesse período, quase metade dos eventos (46%) foi atribuída à razão energética.

A confiabilidade elétrica respondeu por 41%, enquanto a indisponibilidade externa motivou 13% dos casos, segundo o ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico).

Números recentes indicam que os cortes por excesso de geração vêm aumentando. Em 2026, eles já respondem por 70% do curtailment no país, em um cenário em que a infraestrutura de transmissão e a demanda não acompanham o crescimento da oferta. Folhapress

União pode abrir mão de R\$ 190,7 bilhões em 30 anos de Propag, diz IFI



Se nos próximos 30 anos os contratos do Propag assinados entre União e estados forem devidamente cumpridos, a esfera federal pode deixar de receber cerca R\$ 190,7 bilhões. Sem considerar as amortizações extraordinárias permitidas pelo programa, o montante chega a R\$ 350 bilhões.

A estimativa foi levantada no RAF (Relatório de Acompanhamento Fiscal) de julho, publicado nesta quinta-feira (23) pelo IFI (Instituição Fiscal Independente).

O levantamento leva em consideração os resultados esperados pelo Propag (Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados), instituído pela Lei Complementar (LC) nº 212/34, de 13 de janeiro de 2025.

O programa propôs, à época, uma renegociação das dívidas dos estados com a União em um prazo de até 360 meses, com taxas de jutos que variam entre 0% e 2% ao ano.

As adesões ao Propag se encerraram em 31 de dezembro do ano passado.

Das 27 unidades da federação, 22 aderiram ao programa, segundo os dados obtidos via Lei de Acesso à Informação pelo IFI.

Os únicos entes federativos que não aderiram ao programa foram Mato Grosso, Pará, Paraná, Santa Catarina e o Distrito Federal.

No entanto, segundo o relatório, o que o programa fez foi prolongar os prazos previstos e diminuir o valor pago. Na prática, as dívidas durarão por muito mais tempo e a União receberá

um valor menor do que receberia sem o Propag.

Além disso, o valor da dívida não acompanha a valorização econômica devida ao longo dos 360 meses, prazo máximo para a quitação de dívida, segundo o IFI. Dessa forma, um aporte de R\$ 1 milhão em 2026 não valerá a mesma coisa que R\$ 1 milhão em 2056.

Nesse contexto, de acordo com o relatório publicado nesta quinta, o valor da presente dívida possui uma taxa de desconto de 12,31%, o que equivale a R\$ 350,3 bilhões que a União deixará de receber durante a vigência do Propag.

Apesar disso, o Propag permite a amortização extraordinária: o ato de pagar prestações antecipadamente para acelerar o processo de quitação de dívidas. CNN

POLÍTICA

Governo Lula afrouxa restrições por lei eleitoral, e EBC republica parte de conteúdo tirado do ar



O governo Lula decidiu afrouxar restrições às ações de comunicação de ministros e órgãos federais impostas no início de julho para evitar infrações às regras eleitorais. O abrandamento ocorre após uma série de reclamações de ministros de que as regras para evitar ferir o chamado defeso eleitoral estavam atrapalhando os trabalhos à frente das pastas.

Um dos movimentos do governo incluiu o retorno ao ar de conteúdo da EBC (Empresa Brasil de Comunicação) que havia sido ocultado por precaução. A remoção de milhares de matérias da empresa estatal, em canais

como a Agência Brasil, foi alvo de reclamação de entidades de jornalismo.

A partir daí, a EBC entrou com um pedido de tutela jurisdicional ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral) para garantir que os conteúdos jornalísticos publicados daqui para a frente não fossem barrados pelas restrições eleitorais.

A empresa pediu que fosse reconhecido que a produção jornalística regular da empresa não é publicidade institucional e, por isso, publicações do gênero não devem ser vedadas a partir de agora. O pedido ainda está sob análise da presidência do TSE.

Mas, em paralelo ao

processo que tramita na Justiça Eleitoral, a EBC está republicando alguns conteúdos derrubados. Segundo relatos ouvidos pela Folha, as matérias estão sendo reavaliadas caso a caso para permitir o acesso novamente. As restrições foram repassadas pela AGU (Advocacia-Geral da União).

À reportagem a EBC informou que em julgamentos precedentes no TSE foi determinado que não importa a data de quando o conteúdo foi produzido ou autorizado. Ele será considerado irregular caso contenha publicidade institucional proibida e esteja disponível publicamente durante o período de defeso.

Folhapress

Após rompimento, Michelle diz em vídeo que desculpa Flávio Bolsonaro

A ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro (PL) afirmou em um vídeo divulgado em suas redes sociais que aceitou o pedido de desculpas de Flávio Bolsonaro (PL) e indicou que vai trabalhar por sua eleição à Presidência da República.

"Eu te desculpo. Vamos sentar, vamos conversar. Juntos vamos reunir um grande exército de pessoas de bem. [...] Deus está no controle de tudo e ele nos dará a vitória final", disse Michelle no vídeo desta quinta-feira (23).

Mais cedo, o senador divulgou em suas redes um novo pedido público de desculpas à mulher de Jair Bolsonaro (PL), às vésperas da sua convenção eleitoral. Michelle curtiu o vídeo de Flávio no Instagram poucos minutos após a publicação.

"Quero te agradecer por sua sinceridade. [...] Seu gesto de vir a público pedir desculpas tem muito valor, poucos homens teriam coragem de fazer isso", disse Michelle.

A reconciliação entre Flávio e Michelle vinha sendo

articulada há semanas pelo presidente do PL, Valdemar Costa Neto, e pelas amigas da ex-primeira-dama Damares Alves (Republicanos) e Celina Leão (PP).

O vídeo para Michelle foi publicado por Flávio a dois dias da convenção do PL que irá oficializar seu nome na disputa presidencial, marcada para sábado (25), em São Paulo.

Ainda assim, a presença da ex-primeira-dama no evento não é esperada. Segundo aliados, ela não pode se ausentar de Brasília porque é responsável pelos cuidados de Bolsonaro, que cumpre prisão domiciliar após ser condenado por tentativa de golpe.

De qualquer forma, há a expectativa de que um vídeo dela seja exibido na convenção.

Depois de a crise entre Flávio e Michelle eclodir, a ex-primeira-dama deixou a presidência do PL Mulher e colocou em dúvida a possibilidade de concorrer ao Senado pelo Distrito Federal, como quer Bolsonaro.

Folhapress

Flávio Bolsonaro recebeu R\$ 500 mil de empresa ligada a consultoria que operou com o Master



O senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), pré-candidato do PL à Presidência da República, recebeu R\$ 500 mil de uma empresa ligada a uma consultoria que operou com o Banco Master.

O valor é referente a uma nota fiscal emitida pelo escritório de advocacia de Flávio em 9 de abril de 2025 sob a rubrica de serviços advocatícios para a Contábil Correa. A firma pertence a Rogério Lourenço Novo, que também é diretor, desde setembro de 2025, da Copenhagen Assessoria e Consultoria.

A Copenhagen recebeu R\$ 57,9 milhões do Master e pertence ao fundo Estonia. Segundo apurou a reportagem, o Estonia pertence

ao dono da Ambipar, Tercio Borlenghi Junior, que é investigado em conjunto com Daniel Vorcaro e o Banco Master por manipulação do mercado.

Além de ter se tornado diretor da Copenhagen em setembro do ano passado, Rogério Lourenço Novo, dono da Contábil Correa, é conselheiro fiscal da Ambipar, reforçando o vínculo dele com Tercio.

Antes de ter recebido da Contábil Correa, em abril do ano passado, Flávio havia emitido duas notas fiscais de R\$ 500 mil cada uma para a Copenhagen, mas depois cancelou ambas. Uma das notas foi cancelada no próprio dia, e a outra, no mesmo 9 de abril em que a nota da Contábil Correa foi emitida.

As informações das notas fiscais foram divulgadas pelo site Metrôpoles e confirmadas pela reportagem.

Em vídeo publicado em suas redes sociais, Flávio diz que prestou serviços advocatícios para a Contábil Correa, mas não para a Copenhagen. Ele não especificou qual e não respondeu ao questionamento da reportagem sobre que serviços seriam esse. Segundo o senador, a divulgação das informações quer "marginalizar a advocacia". O senador é advogado. As notas estão em nome do escritório Flávio Bolsonaro Sociedade Individual de Advocacia.

No vídeo, Flávio reforçou não ter sido contratado pela Copenhagen, que recebeu dinheiro do Master.

Folhapress

PUBLICIDADE LEGAL

DATA MERCANTIL

SEMPRE ATUALIZANDO SUAS INFORMAÇÕES E MONITORANDO COM TRANSPARENCIA, SEGURANÇA E QUALIDADE

datamercantil.com.br

NRV Participação S.A.

CNPJ/MF nº 22.872.454/0001-95 - NIRE 35.300.479.742

Ata da Assembleia Geral Extraordinária de Sociedade Anônima "Capital Fechado" realizada em 02/09/2025

Data: 02/09/2025, às 10:00hs. **Convocação:** Dispensada. **Local:** Sede social em São Paulo/SP. **Presença:** Subscritores representando a Totalidade do capital social subscrito. **Mesa Diretora:** Diretora Presidente e Presidente da mesa: **Taisa Tavares Vicente Pizzi**; Diretor Vice-Presidente e Secretário da mesa: **Rogério Mário Vicente**. **Deliberações aprovadas:** 1) Aberto os trabalhos, a Senhora Presidente esclareceu que a presente Assembleia tem por finalidade alterar o objeto social, conforme segue: • 6463-8/00 - Outras sociedades de participação, exceto holdings; • 6810-2/01 - Compra e venda de imóveis próprios; e • 6810-2/02 - Aluguel de imóveis próprios. 2) Os acionistas declaram, para todos os fins de direito, que estão de acordo com as alterações propostas pela diretoria. Nada mais. São Paulo, 02/10/2025. JUCESP nº 379.843/25-0 em 17/10/2025. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

Petróleo dispara mais de 8% e ultrapassa US\$ 100 com ataques de houthis a navios sauditas



O preço do petróleo voltou a disparar mais de 8% nesta quinta-feira (23) e ultrapassar a casa dos US\$ 100 após quase dois meses, com o acirramento do conflito entre EUA e Irã, e a entrada dos houthis, grupo do Iêmen aliado dos iranianos, no conflito que aumentou o estrangulamento no escoamento da produção de petróleo no Oriente Médio. O barril Brent, referência mundial, atingiu US\$ 101,99 por volta das 15h (horário de Brasília), alta de 8,42%, maior valor desde 22 de maio, quando a cotação alcançou US\$ 102,77. A última vez que o preço do petróleo esteve em três dígitos foi em 26 de maio. Por volta das 17h, a alta havia perdido força, e o Brent subia 6,45%, a US\$ 100,15. O petróleo WTI (West Texas Intermediate), usado nos EUA, segue a mesma tendência. A com-

modity, que chegou a subir mais de 7% no dia, subia 5,75%, cotada a US\$ 91,82 no mesmo horário. A disparada é resultado dos ataques de houthis, grupo militante do Iêmen aliado do Irã, a embarcações que tentavam chegar à Arábia Saudita através do Mar Vermelho. Nesta quinta, mais dois navios foram atacados na rota que vinha sendo usada como alternativa ao estreito de Hormuz, que continua bloqueado para tráfego marítimo. Autoridades de transporte sauditas confirmaram o ataque a um dos navios. A outra ofensiva foi reinvidicada pelos houthis em comunicado enviado à emissora de televisão Al-Masirah, mas não houve confirmação saudita. As embarcações estariam trafegando pelo Mar Vermelho para usar o estreito de Bab al-Mandab, que liga o Mar Vermelho ao

golfo de Aden e ao Oceano Índico. Essa é a principal rota usada como alternativa a Hormuz para escoamento dos produtos da Arábia Saudita para outros destinos da Ásia. Os houthis já haviam ameaçado no começo da semana que iriam atacar quem cruzasse o Mar Vermelho. Os ataques dos houthis foram condenados pelo presidente dos EUA, Donald Trump, que responsabilizou o Irã pela escalada. "Infelizmente, agora eles estão recomeçando, tendo disparado contra dois navios da Arábia Saudita ontem à noite. Que esta verdade sirva para deixar claro que, se eles fizerem isso novamente, os EUA responsabilizarão o Irã, já que os houthis são um substituto e/ou representante do Irã, e uma punição militar severa será infligida ao Irã e, é claro, aos próprios houthis", afirmou em post na sua rede social Truth Social. Folhappress

ZAAZ PROVEDOR DE INTERNET E TELECOMUNICAÇÕES S.A.

CNPJ/MF 26.453.505/0001-03 - NIRE 35.300.588.525

Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 13 de Julho de 2026

Em 13/07/2026, às 10h, na sede social da Companhia. **Presença:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas, conforme disposto no artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). **Mesa:** Presidente: Cristiano Pereira Santana; Secretário: Guilherme de Puppi e Silva. **Deliberações:** (i) aprovar a outorga, pela Companhia, em garantia das Obrigações Garantidas, da Cessão Fiduciária, nos termos a serem previstos no Contrato de Cessão Fiduciária; (ii) autorizar os administradores da Companhia, de forma direta ou indireta por meio de procuradores, a tomar todas as providências e praticar todos os atos que se fizerem necessários à realização da Emissão, da Oferta e da outorga da Cessão Fiduciária, incluindo a outorga de procurações com validade até o cumprimento das Obrigações Garantidas e a celebração de qualquer contrato, certificado, comunicação, notificação ou outro documento, incluindo, conforme aplicável, sua negociação, para consecução da Cessão Fiduciária, da Emissão e da Oferta, dentre os quais, o Contrato de Cessão Fiduciária; e (iii) ratificar todos os atos já praticados pelos administradores da Companhia relacionados aos itens anteriores. **Encerramento:** Nada mais. **Mesa:** Presidente - Cristiano Pereira Santana; Secretário - Guilherme de Puppi e Silva. **JUCESP** nº 277.145/26-0 em 17/07/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

EPR Engenharia S.O. S.A.

CNPJ/MF nº 55.159.823/0001-56 - NIRE 35300638085

Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 10/07/2026

I. Data, Horário e Local: 10/07/2026, às 17hs, no endereço da sede social da EPR Engenharia S.O. S.A. ("Companhia"), localizada na Avenida Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, Edifício Jacarandá, 12º andar, Conjunto B, Tamboré, Barueri/SP, CEP 06460-040. **II. Convocação e Presença:** Convocação dispensada, nos termos do § 4º do artigo 124, da Lei nº 6.404, de 15/12/1976 ("Lei 6.404"), conforme alterada, em razão da presença de acionistas representantes da totalidade do capital social da Companhia. **III. Publicações:** Relatório da administração, demonstrações financeiras e demonstrações contábeis relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2025, publicadas na Central de Balanços do Sistema Público de Escrituração Digital ("SPED"), no dia 10/07/2026, hash de publicação 73E0BCD7BC71B2D83422F3CAE5CD51DEC710F2, conforme previsto nos artigos 289 e 294 da Lei 6.404 e na Portaria nº 12.071, de 07/10/2021 do Ministério da Economia, dispensada pelos acionistas a publicação dos anúncios e a observância dos prazos de que trata o artigo 133 da Lei 6.404, nos termos do parágrafo quarto do referido artigo. **IV. Composição da Mesa:** Presidente: José Carlos Cassaniga e Secretário: Enio Stein Júnior. **V. Ordem do Dia:** Apreciar e deliberar sobre as seguintes matérias: **em sede de Assembleia Geral Ordinária ("AGO"):** (i) a análise, discussão e aprovação dos relatórios da administração, das contas dos administradores, das demonstrações financeiras e das demonstrações contábeis, relativas ao exercício social de 2025 da Companhia; e (ii) a destinação dos resultados auferidos relativos ao exercício social de 2025 da Companhia; e **em sede de Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"):** (i) a distribuição de dividendos intercalares; e (ii) autorizar a prática pelos diretores da Companhia de todos os atos necessários para concretização do item (i). **VI. Deliberações:** Após as oportunas discussões, os acionistas decidiram, por unanimidade de votos e sem ressalvas, o seguinte: **Em sede de Assembleia Geral Ordinária:** (i) aprovar as contas da administração e as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 2025, as quais foram disponibilizadas, apresentadas e analisadas pelos presentes, bem como devidamente publicadas na Central de Balanço do SPED; (ii) aprovar, sem ressalvas, tendo em vista que houve lucro líquido no exercício social encerrado em 31/12/2025, no montante de R\$ 42.602.335,99, a seguinte destinação: (a) Não constituição da reserva legal, considerando o atingimento do limite de 20% do capital social da Companhia, conforme previsto no artigo 193, caput, da Lei nº 6.404/76; (b) R\$ 10.650.584,00 referentes aos dividendos mínimos obrigatórios, os quais foram integralmente pagos; e (c) R\$ 31.951.751,99, destinados à distribuição de dividendos adicionais, sendo que: (i) R\$ 28.956.225,48 foram pagos ao acionista ao longo do exercício social de 2025; (ii) R\$ 2.959.780,87 foram pagos ao acionista conforme deliberado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 13/01/2026; e (iii) R\$ 35.745,64 serão pagos ao único acionista da Companhia em até 10 dias úteis da presente data. **Em sede de Assembleia Geral Extraordinária:** (i) aprovar a distribuição de dividendos intercalares ao único acionista, com base nos lucros acumulados apurados no balanço levantado em 31/03/2026, conforme consta nas informações trimestrais da Companhia, referentes ao período findo em 31/03/2026, no valor de R\$ 6.143.862,29. Os dividendos ora declarados serão pagos em até 10 dias úteis da presente data. (i) autorizar a prática pelos diretores da Companhia de todos os atos necessários para concretizar a deliberação acima. **VII. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente deu por encerrada a Assembleia Geral, da qual lavrou-se a presente ata na forma de sumário, conforme o disposto no Artigo 130, Parágrafo 1º da Lei 6.404 que, após lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. São Paulo, 10/07/2026. JUCESP nº 296.149/26-3 em 21/07/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

C.L. Administradora e Comercial Ltda.

CNPJ/MF nº 51.618.585/0001-49 - NIRE 35.203.802.551

Edital de Convocação de Reunião de Sócios a ser realizada em 30 de julho de 2026 às 10h00 (UTC-3)

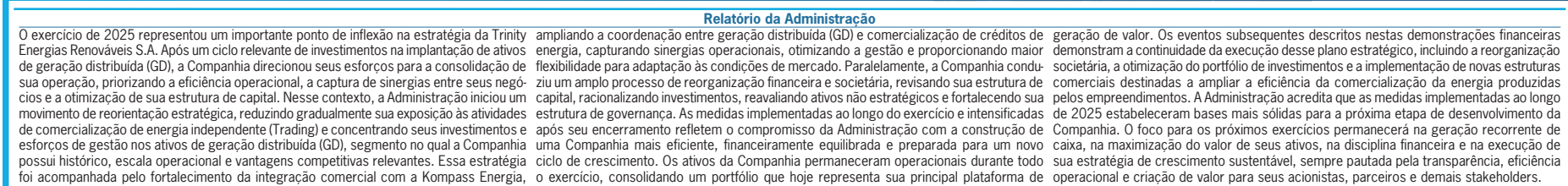
Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, a Administração da **C.L. Administradora e Comercial Ltda.**, sociedade empresária, inscrita no CNPJ/MF sob nº 51.618.585/0001-49, com sede na Cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, na Rua Carlos Maria Auricchio, nº 70, conjunto 1002 a 1007, Edifício Costa Norte Royal Park Offices, Condomínio Royal Park, CEP 12.246-876 ("Sociedade") nos termos dos artigos 1.072 a 1.080 e do artigo 1.152, parágrafo 3º, da Lei nº 10.406 de 10/01/2002 ("Código Civil"), convoca os sócios da Sociedade para uma Reunião de Sócios, a ser realizada em 30/07/2026, às 10h00 (UTC-3), na modalidade presencial, na sede da Sociedade, a fim de deliberar acerca da seguinte Ordem do Dia: (i) deliberar sobre a alteração do Contrato Social para modificar os poderes do administrador, mediante a exclusão da disposição que o impede de praticar atos estranhos ao interesse social, assumir obrigações em favor de quaisquer quotistas ou terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da Sociedade sem a autorização do outro sócio; e (ii) deliberar sobre a alteração do Contrato Social da Sociedade para estabelecer regras relativas à convocação e à realização das reuniões de sócios, inclusive quanto à forma de convocação, aos meios de comunicação admitidos e à possibilidade de realização digital. Os sócios poderão ser representados por procurador devidamente constituído, observadas as disposições legais e contratuais aplicáveis. São José dos Campos/SP, 21/07/2026. **C.L. Administradora e Comercial Ltda.** Por: **João Brasil Carvalho Leite** Cargo: Sócio-administrador. (23 e 24/07/2026)

Wish Bossa Nova Empreendimentos S.A.

CNPJ nº 17.863.504/0001-38 - NIRE 35.300.457.161

Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas - Edital de Convocação

Serve a presente para convocar os acionistas da **Wish Bossa Nova Empreendimentos S.A.**, inscrita no CNPJ sob o nº 17.863.504/0001-38 ("Companhia"), para participarem da **Assembleia Geral Extraordinária**, a ser realizada no dia 07 de agosto de 2026, às 11:00, em primeira convocação, e às 11:30, em segunda convocação, de forma exclusivamente remota, via videoconferência, conforme procedimento abaixo, a fim de deliberar e votar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Aumento de capital social da Companhia, no montante de R\$ 4.699.925,34 (quatro milhões, seiscentos e noventa e nove mil, novecentos e vinte e cinco reais e trinta e quatro centavos), mediante a emissão de 92.883.900 (noventa e dois milhões, oitocentos e oitenta e três mil e novecentas) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão unitário de R\$ 0,0506, nos termos do art. 170 da Lei das S.A., a ser integralizado no prazo de até 12 (doze) meses, podendo ser um prazo menor, a ser notificado, pela Companhia aos acionistas, com 30 (trinta) dias de antecedência, conforme necessidade de caixa da Companhia; (ii) A ratificação de todos os aumentos de capital social da Companhia realizados até o momento, incluindo as respectivas diluições de participações de acionistas considerados inadimplentes; e (iii) Sujeito à aprovação da matéria do item (i) acima, consequente alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia. Ressaltamos que nos termos da cláusula 4.1.4 do Acordo de Acionistas da Companhia, a matéria constante no item (i) acima envolve uma **Matéria Sujeita à Aprovação Qualificada dos Acionistas** (conforme definido no Acordo de Acionistas), sendo necessário votos representativos de, pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) do capital social votante da Companhia para sua aprovação. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente à distância e transmitida ao vivo na modalidade digital, por meio da plataforma de comunicação Teams. Para participar da Assembleia, o acionista deverá observar o procedimento abaixo indicado. O acionista poderá ser representado por outro acionista ou por advogado, mediante outorga de procuração com poderes específicos para votar as matérias constantes da Ordem do Dia, devendo uma cópia da procuração e de documento de identidade do procurador ser apresentada fisicamente ou enviada ao e-mail juridico.consultivo@hsinvest.com, com pelo menos 30 (trinta) minutos de antecedência do horário de início da Assembleia. **Procedimento para a Participação e Votação à Distância:** a. Link de acesso à transmissão da Assembleia: <https://teams.microsoft.com/join/2469839543079572pMB8dye7KqPpKGFNaZh> (necessário copiar e colar o endereço eletrônico acima no navegador, para acessar a plataforma Teams). b. A participação e a votação do acionista (ou seu procurador) ocorrerão de forma remota, por vídeo, áudio ou mensagens na ferramenta "Chat" disponível na plataforma Teams. c. Recomendamos que o acionista (ou seu procurador) acesse a plataforma Teams antes do horário de início da Assembleia para eventuais ajustes em sua conexão. d. Caberá ao acionista (ou seu procurador) providenciar sua estrutura adequada de internet e equipamentos que suportem transmissão de vídeo e áudio. Recomendamos o uso de internet banda larga ou similar. e. A Assembleia será gravada para os devidos fins legais. **Documentos à Disposição dos Acionistas:** Em conformidade com o Art. 7º, parágrafo único, da Instrução Normativa DREI nº 79, de 14 de abril de 2020, segue anexo ao presente edital o boletim de voto à distância na forma do **Anexo I**, a fim de viabilizar o voto à distância de V. Sa. Como determina o art. 9º da referida Instrução, caso V. Sa. opte por esta alternativa, deverá encaminhar o documento preenchido ao seguinte endereço postal: Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1400, 13º andar, CEP: 04543-000, São Paulo/SP, e/ou o endereço eletrônico juridico.consultivo@hsinvest.com, no mínimo, 5 (cinco) dias corridos de antecedência da realização da assembleia. São Paulo/SP, 22 de julho de 2026. **Bruno Sampaio Greve**, Presidente do Conselho de Administração e Diretor da Companhia. (23, 24 e 25/07/2026)



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Valores expressos milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstrações do resultado em 31/12/2025 e dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)					
		Controladora		Consolidado	
		2025	Reapresentado 2024	2025	Reapresentado 2024
Receita operacional líquida		1.321.832	2.403.656	1.325.756	2.414.399
Custo da energia comercializada		(1.376.209)	(2.398.186)	(1.381.440)	(2.405.989)
Resultado do valor justo de contratos de energia		(7.532)	(9.061)	(7.532)	(9.061)
Prejuízo bruto		(61.909)	(3.591)	(63.216)	(651)
Receitas/(despesas) operacionais					
Despesas administrativas		(30.907)	(22.707)	(35.182)	(29.641)
Resultado de equivalência patrimonial		(26.122)	(4.009)	–	–
Outras (despesas)/receitas		23.791	13.558	21.892	14.890
Prej. antes do resultado financeiro		(95.147)	(16.749)	(76.506)	(15.402)
Receitas financeiras		4.384	2.367	4.578	2.475
Despesas financeiras		(2.368)	(1.418)	(15.123)	(3.856)
Resultado financeiro		2.016	949	(10.545)	(1.381)
Prejuízo antes do IRPJ e da CSLL		(93.131)	(15.800)	(87.051)	(16.783)
IRPJ e CSLL					
Corrente		–	(355)	(439)	(1.032)
Diferido		48.792	7.988	48.966	8.022
		48.792	7.633	48.527	6.990
Resultado líquido das operações em continuidade		(44.339)	(8.167)	(38.524)	(9.793)
Prejuízo líquido do exercício		(44.339)	(8.167)	(38.524)	(9.793)
Atribuível a:					
Atribuído aos controladores operações em continuidade				(33.844)	(8.167)
Atribuído aos não controladores operações em continuidade				(4.680)	(1.626)
				(38.524)	(9.793)
Quantidade por ações (mil)				4.511	4.511
Prejuízo/(prejuízo) por ações – R\$				(9,83)	(1,81)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31/12/2025 e dezembro de 2024 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	Reapresentado 2024	2025	Reapresentado 2024
Total do resultado abrangente do exercício	(44.339)	(8.167)	(38.524)	(9.793)
	(44.339)	(8.167)	(38.524)	(9.793)
Resultado abrangente das operações em continuidade	(44.339)	(8.167)	(38.524)	(9.793)
Resultado abrangente do exercício	(44.339)	(8.167)	(38.524)	(9.793)
Atribuível a:				
Atribuído aos controladores operações em continuidade			(33.844)	(8.167)
Atribuído aos não controladores operações em continuidade			(4.680)	(1.626)
			(38.524)	(9.793)

1. Contexto operacional: 1.1. Descrição: A Trinity Energias Renováveis S.A. ("Sociedade", "Companhia" ou "Trinity") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 23/10/2012, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua das Olimpíadas nº 134, 12º andar; Bairro Vila Olímpia, CEP 04551-000. Tem por objeto social: (i) a comercialização de energia elétrica no mercado livre, tanto no atacado quanto no varejo, incluindo a compra, a venda, a importação e a exportação de energia elétrica; (ii) a intermediação da compra, venda, importação e exportação de energia elétrica; (iii) a prestação de serviços de assessoria empresarial; (iv) o comércio varejista de energia elétrica; e (v) a geração de energia elétrica, sendo autorizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica para comercialização de energia elétrica por meio do Despacho nº 368, de 18/02/2013, organizada e regida nos termos do presente Estatuto Social e das demais disposições aplicáveis. A princípio atuando apenas na comercialização e na prestação de serviços de gestão em energia, a Sociedade iniciou, em 2021, a prospecção de projetos de geração de energia de fontes renováveis em geração distribuída, estruturando uma área para avaliação, administração e controle dos sites que foram e estão sendo construídos ou adquiridos. Os projetos estão localizados nos estados do Rio de Janeiro, Ceará, Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Piauí. Abaixo estão demonstradas a totalidade de usinas constituídas, por estado, desde o início da implantação dos projetos de Geração Distribuída: **Rio de Janeiro:** UFV Pedra Bonita Energia Elétrica Ltda.; UFV Pedra da Gávea Energia Elétrica Ltda. **Ceará:** UFV TNT São Gonçalo do Amarante Ltda.; UFV TNT Jaguaruana I Ltda.; UFV TNT Jaguaruana II Ltda.; UFV TNT Jaguaruana III Ltda.; UFV TNT Ipu Ltda. e UFV TNT Senador Pompeu I Ltda.; UFV TNT Trairi I Ltda.; UFV TNT Canindé I Ltda., UFV TNT Canindé II Ltda., UFV TNT Canindé III Ltda., UFV TNT Cação I Ltda., UFV TNT Cação II Ltda., UFV TNT Camurupim I Ltda., UFV TNT Camurupim II Ltda. **Bahia:** UFV TNT Morro do Chapéu I Ltda.; UFV TNT Morro do Chapéu II Ltda.; UFV TNT Morro do Chapéu III Ltda.; UFV TNT Irecê I Ltda.; UFV TNT Irecê II Ltda. e UFV TNT Irecê III Ltda. **Pernambuco:** UFV TNT Petrolina I Ltda.; UFV TNT Petrolina II Ltda.; UFV TNT Agrestina I Ltda.; UFV TNT Sertânia I Ltda.; UFV TNT Sertânia II Ltda., UFV TNT Itaquitinga Ltda. e UFV TNT Petrolândia I Ltda. **Rio Grande do Norte:** UFV TNT Santana do Seridó I Ltda., UFV TNT Mossoró II Ltda.; UFV TNT Mossoró III Ltda.; UFV TNT Currais Novos I Ltda.; UFV TNT Currais Novos II Ltda. **Piauí:** UFV TNT Picos I Ltda.; UFV TNT Picos II Ltda.; UFV TNT Picos III Ltda.; UFV TNT Picos IV Ltda.; UFV TNT Picos V Ltda.; UFV TNT Picos VI Ltda.; UFV TNT Valença do Piauí I Ltda.; UFV TNT Valença do Piauí II Ltda.; UFV TNT Valença do Piauí III Ltda. Dando continuidade ao cronograma de expansão, ao longo de 2025, diversas usinas iniciaram suas operações comerciais. No Rio de Janeiro, as UFVs Pedra da Gávea I e II iniciaram operação comercial em janeiro. No estado do Ceará, tornaram-se operacionais as UFVs Jaguaruana I e II, Canindé I e II e São Gonçalo do Amarante. No Rio Grande do Norte, destacam-se o início de operação das UFVs Currais Novos I e II, Mossoró I, II e III e Caicó I e II. Em Pernambuco, entraram em operação as usinas Itaquitinga, Petrolândia, Agrestina, Sertânia I e II e Petrolina I e II. Por fim, na Bahia, as UFVs Morro do Chapéu I, II e III iniciaram suas atividades operacionais em novembro, totalizando 38,5 MWp em 2025. **1.2. Continuidade operacional:** As demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício findo em 31/12/2025 foram elaboradas com base no pressuposto da continuidade operacional, em conformidade com o CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis. Na avaliação desse pressuposto, a Administração considerou todas as informações disponíveis até a data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, abrangendo a posição financeira da Companhia, sua capacidade de geração de caixa, o desempenho operacional dos empreendimentos, a evolução das negociações com credores, os eventos subsequentes ocorridos após o encerramento do exercício e as medidas implementadas no âmbito de seu processo de reestruturação financeira, societária e operacional. Conforme descrito nas notas explicativas correspondentes "Eventos subsequentes", a Companhia obteve

avancos relevantes na renegociação de obrigações financeiras, tratativas que vêm evoluindo de forma satisfatória, e a Companhia mantém integralmente sua capacidade operacional e suas autorizações regulatórias, agora classificadas apenas como “tipo 2”. Implementou medidas destinadas ao fortalecimento de sua estrutura de capital, promoveu a racionalização de sua estrutura societária, iniciou a reorganização de sua estratégia comercial por meio da constituição de consórcios voltados à otimização da comercialização da energia produzida por seus ativos e permaneceu conduzindo tratativas relacionadas a operações estratégicas destinadas à otimização de seu portfólio de investimentos. Em 06/07/2026, a Companhia apresentava determinados vencimentos de obrigações financeiras concentrados no curto prazo e mantém indicadores de liquidez que demandam a implementação de medidas para o fortalecimento de sua estrutura de capital e preservação do fluxo de caixa operacional. Nesse contexto, a Administração está conduzindo negociações com instituições financeiras e demais credores visando ao repêrfilamento e à extensão dos prazos de vencimento de parte relevante de seu endividamento financeiro. Adicionalmente, a Companhia está em processo avançado de avaliação e negociação para alienação de determinados ativos de geração solar, operação que tem como objetivo gerar recursos para redução de endividamento, reforço do capital de giro e otimização de sua estrutura financeira. A capacidade de a Companhia continuar operando normalmente está significativamente relacionada ao êxito dessas iniciativas, especialmente à conclusão das negociações para extensão dos vencimentos da dívida e a efetivação da venda dos ativos solares em condições compatíveis com as premissas consideradas pela Administração. Adicionalmente, a Administração considerou, em sua avaliação, a expectativa de geração de resultados tributáveis futuros decorrentes de operações estratégicas em desenvolvimento, a existência de ativo contingente relevante suportado por pareceres jurídicos independentes, que sustentam a robustez da posição da Companhia, o que reforça as perspectivas de continuidade dos negócios, bem como a manutenção da capacidade operacional de seus empreendimentos, fatores que, em conjunto, reforçam as perspectivas de continuidade dos negócios.

1.3. Operação Compliance zero: No tocante aos fatos relacionados à denominada Operação Compliance Zero, a Administração concluiu, com base nas diligências realizadas e nas informações disponíveis até a presente data, que tais eventos não produziram impactos materiais sobre a continuidade operacional, financeira, regulatória ou contratual da Companhia, permanecendo preservadas sua capacidade operacional, sua estrutura de governança, seus relacionamentos comerciais e sua regularidade perante os órgãos reguladores e financiadores. Importante destacar que eventual disputa com os acionistas envolvidos se restringe à esfera societária, sem reflexos sobre as operações, os contratos, as licenças ou a capacidade de geração de caixa da Companhia, não comprometendo, portanto, sua continuidade operacional. A Administração entende que o conjunto das medidas implementadas após o encerramento do exercício, aliado à evolução das negociações estratégicas em andamento, ao fortalecimento dos mecanismos de governança corporativa e às perspectivas de geração de caixa dos ativos operacionais, constitui evidência suficiente para suportar a adoção do pressuposto de continuidade operacional na elaboração destas demonstrações contábeis. Não obstante, em observância às melhores práticas de governança corporativa, a Administração continuará monitorando permanentemente a evolução de sua posição financeira, das condições de mercado, das negociações em curso e dos demais fatores que possam impactar seus negócios, revisando imediatamente as premissas que suportam essa avaliação sempre que novos fatos ou circunstâncias assim o exigirem, maiores detalhes item 24.f.

2. Representação das demonstrações contábeis auditadas em 2024: A Companhia decidiu por representar as demonstrações contábeis de 2024, individuais e consolidadas, em conformidade com o CPC 23. Serão representados os balanços patrimoniais, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, individuais e consolidados, com base nas informações contidas nos registros contábeis da

Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo líquido do exercício	(44.339)	(8.167)	(38.524)	(9.793)
Ajustes que não afetam o caixa				
Depreciação e amortização	165	(284)	356	(270)
Resultado do valor justo de contratos de energia	7.532	9.061	7.532	9.061
Tributos diferidos	(49.728)	(6.743)	(45.929)	(6.777)
Outros resultados com investimentos/imobilizado	510	(13.570)	510	(13.570)
Equivalência patrimonial	26.122	4.009	-	-
Provisão de juros com empréstimos	17.506	-	36.331	-
	(42.232)	(15.695)	(39.724)	(21.349)
(Decréscimo)/acrésimo nas contas de ativo				
Contas a receber	37.098	9.233	45.453	6.560
Impostos a recuperar	(4.865)	(1.683)	(4.905)	(1.821)
Estoques	-	-	(576)	-
Outros ativos	14.253	(14.261)	13.800	(16.257)
Acréscimo/(decréscimo) nas contas de passivo				
Fornecedores	(37.464)	(12.129)	(28.985)	(12.760)
Obrigações tributárias	7.037	594	9.067	(919)
Salários e provisões a pagar	25	(1.353)	87	(1.317)
Outros passivos	(3.317)	(4.979)	(2.115)	1.874
Passivos Contratuais	-	-	5.510	-
Juros pagos	(20.688)	-	(24.876)	-
Caixa gerado das/(usado nas) atividades operacionais	(50.153)	(40.273)	(27.264)	(45.989)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de imobilizado	-	(1.363)	(100.408)	(28.101)
Aquisição de investimento	(14.040)	(11.041)	(14.060)	(25.769)
Baixa de investimento	-	18.944	911	18.944
Aporte de capital	-	(100)	-	160
Empréstimos com partes relacionadas	(9.506)	-	-	-
Dividendos recebidos	1.081	1.826	-	-
Caixa usado nas atividades de investimento	(22.465)	8.266	(113.557)	(34.766)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Empréstimos com partes relacionadas	1.818	(40.713)	(41.122)	(20.663)
Pagamento de empréstimos	(75.510)	92.933	(89.627)	114.061
Captação de empréstimos	131.087	-	256.297	-
Dividendos pagos	-	(12.000)	-	(12.000)
Ações em Tesouraria	(4.500)	(1.520)	(4.500)	(1.520)
Aumento/(redução de capital social)	-	-	-	-
Caixa gerado/(aplicado) das atividades de financiamento	52.895	38.700	121.048	79.878
Acréscimo/(decréscimo) líquido no caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e equiv. de caixa no início do exercício	33.734	27.039	33.789	34.666
Caixa e equiv. de caixa no final do exercício	14.011	33.734	14.016	33.789
Acréscimo/(Decréscimo) líquido no caixa e equivalentes de caixa	(19.723)	6.695	(19.773)	(877)

continuação • TRINITY ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

viduais e consolidados. Apresentamos a reconciliação entre os valores originalmente auditados e os valores representados das demonstrações financeiras de 2024, em cumprimento ao CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Os ajustes registrados na coluna “Reapresentado” decorrem, em sua totalidade, da reapresentação dos saldos comparativos com efeito retroativo, alterando de forma abrangente o reconhecimento e a mensuração dos ativos, passivos, despesas e fluxos de caixa. Conforme o CPC 20, que determina que os custos de empréstimos (juros e encargos), diretamente atribuídos à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, devem ser incorporados ao custo desse ativo. Desta forma, reapresentamos as demonstrações contábeis de 2024, com a capitalização dos custos de empréstimos que estão diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção do ativo qualificável como parte do ativo. **2.1. Reconciliação do Balanço Patrimonial em 31/12/2024:**

Ativo	Controladora			Consolidado		
	Auditado 2024	Ajustes	Reapresentação 2024	Auditado 2024	Ajustes	Reapresentação 2024
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	33.734	–	33.734	33.789	–	33.789
Contas a receber	134.907	–	134.907	146.502	–	146.502
Estoque	31	–	31	410	–	410
Impostos a recuperar	2.398	–	2.398	2.738	–	2.738
Valor justo de contratos	71.499	–	71.499	71.499	–	71.499
Outros ativos	16.250	–	16.250	20.312	–	20.312
	258.819	–	258.819	275.250	–	275.250
Ativo mantido para venda	11.231	–	11.231	334.539	9.294	343.833
	270.050	–	270.050	609.789	–	619.083
Não circulante						
Contas a receber	–	–	–	76.295	–	76.295
Valor justo de contratos	36.535	–	36.535	36.535	–	36.535
Ativo fiscal diferido	11.713	(4.031)	7.682	11.747	(4.031)	7.716
Partes relacionadas	100.844	11.855	112.699	–	–	–
Outros ativos	–	–	–	–	–	–
	149.092	7.824	156.916	124.577	–	120.546
Investimento	36.824	–	36.824	10.633	–	10.633
Imobilizado	3.884	–	3.884	30.603	2.561	33.164
Intangível	–	–	–	6.968	–	6.968
	40.708	–	40.708	48.204	2.561	50.765
Total do ativo	459.850	7.824	467.674	782.570	2.561	790.394

Passivo e patrimônio líquido	Controladora			Consolidado		
	Auditado 2024	Ajustes	Reapresentação 2024	Auditado 2024	Ajustes	Reapresentação 2024
Circulante						
Fornecedores	140.354	–	140.354	144.214	–	144.214
Empréstimos	90.705	–	90.705	120.718	–	120.718
Obrigações tributárias	3.598	–	3.598	4.774	–	4.774
Passivo fiscal diferido	–	–	–	–	–	–
Obrigações trabalhistas	397	–	397	463	–	463
Partes relacionadas	30.687	–	30.687	–	–	–
Adiantamentos	2.758	–	2.758	2.760	–	2.760
Valor justo de contratos	75.160	–	75.160	75.160	–	75.160
Dividendos propostos	–	–	–	184	–	184
Contingências	–	–	–	574	–	574
Outros passivos	36.699	–	36.699	36.960	–	36.960
	380.358	–	380.358	385.807	–	385.807
Passivo mantido para venda	–	–	–	260.467	–	260.467
	380.358	–	380.358	646.274	–	646.274
Não circulante						
Valor justo de contratos	24.974	–	24.974	24.973	–	24.973
Passivo fiscal diferido	–	–	–	–	–	–
Obrigações tributárias	–	–	–	5.018	–	5.018
Outras contas a pagar	–	–	–	6.095	–	6.095
Empréstimos	2.283	–	2.283	37.558	–	37.558
Participação societária descoberto	109	–	109	–	–	–
	27.366	–	27.366	73.644	–	73.644
Patrimônio líquido						
Capital social	38.760	–	38.760	38.760	–	38.760
(–) Ações em tesouraria	(12.700)	–	(12.700)	(12.700)	–	(12.700)
Transação de Capital	291	–	291	291	–	291
Reserva de lucros	25.775	7.824	33.599	25.775	7.824	33.599
	52.126	7.824	59.950	52.126	7.824	59.950
Participação de não controladores	–	–	–	10.526	–	10.526
Total do patrimônio líquido	52.126	7.824	59.950	62.652	7.824	70.476
Total do passivo e patrimônio líquido	459.850	7.824	467.674	782.570	7.824	790.394

2.2. Reconciliação da Demonstração do resultado do exercício de 2024:

	Controladora			Consolidado		
	Auditado 2024	Ajustes	Reapresentação 2024	Auditado 2024	Ajustes	Reapresentação 2024
Receita operacional líquida	2.403.656	–	2.403.656	2.414.399	–	2.414.399
Custo da energia comercializada	(2.398.186)	–	(2.398.186)	(2.405.989)	–	(2.405.989)
Resultado do valor justo de contratos de energia	(9.061)	–	(9.061)	(9.061)	–	(9.061)
Lucro bruto	(3.591)	–	(3.591)	(651)	–	(651)
Receitas/(despesas) operacionais						
Despesas administrativas	(22.707)	–	(22.707)	(29.641)	–	(29.641)
Resultado de equivalência patrimonial	(4.009)	–	(4.009)	–	–	–
Outras (despesas) / receitas	13.558	–	13.558	14.890	–	14.890
Lucro antes do resultado financeiro	(16.749)	–	(16.749)	(15.402)	–	(15.402)
Receitas financeiras	2.367	–	2.367	2.475	–	2.475
Despesas financeiras	(13.273)	11.855	(1.418)	(15.711)	11.855	(3.856)
Resultado financeiro	(10.906)	11.855	949	(13.236)	11.855	(1.381)
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	(27.655)	11.855	(15.800)	(28.638)	11.855	(16.783)
IRPJ e CSLL	–	–	–	–	–	–
Corrente	(355)	–	(355)	(1.032)	–	(1.032)
Diferido	12.019	(4.031)	7.988	12.053	(4.031)	8.022
	11.664	(4.031)	7.633	11.021	(4.031)	6.990
Resultado líquido das operações em continuidade	(15.991)	7.824	(8.167)	(17.617)	7.824	(9.793)

Lucro líquido do exercício	(15.991)	7.824	(8.167)	(17.617)	7.824	(9.793)
Atribuível a:						
Atribuído aos controladores operações em continuidade	–	–	–	(15.991)	–	(15.991)
Atribuído aos não controladores operações em continuidade	–	–	–	(1.626)	–	(1.626)
	–	–	–	(17.617)	–	(17.617)
Quantidade por ações (mil)	–	–	–	4.512	–	4.512
Lucro/(prejuízo) por ações – R\$	–	–	–	(3,54)	–	(3,54)

2.3. Reconciliação da Demonstração de outros resultados abrangentes do exercício de 2024:

	Controladora			Consolidado		
	Auditado 2024	Ajustes	Reapresentação 2024	Auditado 2024	Ajustes	Reapresentação 2024
Total do resultado abrangente do exercício	(15.991)	7.824	(8.167)	(17.617)	7.824	(9.793)
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–	–	–
	(15.991)	7.824	(8.167)	(17.617)	7.824	(9.793)
Resultado abrangente das operações em continuidade	(15.991)	7.824	(8.167)	(17.617)	7.824	(9.793)
Resultado abrangente das operações descontinuadas	–	–	–	7.824	–	7.824
Resultado abrangente do exercício	(15.991)	7.824	(8.167)	(17.617)	7.824	(9.793)
Atribuível a:						
Atribuído aos controladores operações em continuidade	–	–	–	(15.991)	–	(15.991)
Atribuído aos não controladores operações em continuidade	–	–	–	(1.626)	–	(1.626)
	–	–	–	(17.617)	–	(17.617)

2.4. Reconciliação da Demonstração do patrimônio líquido do exercício de 2024:

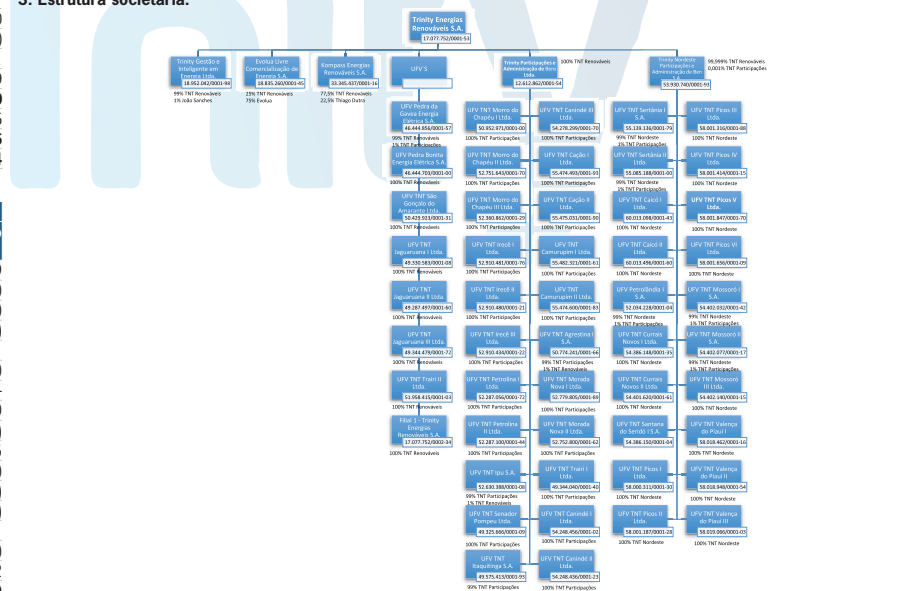
	Consolidado Controladora							
	Capital social	Transações de capital	Reserva de Capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros líquidos/(prejuízos) acumulados	Total	Participação dos não controladores
Saldos em 31/12/2023	38.760	219	(11.180)	2.225	39.541	–	69.565	20.740
Transação de capital	–	72	–	–	–	–	72	–
Investimento	–	–	–	–	–	–	(570)	(570)
Aumento de capital	–	–	–	–	–	–	(8.000)	(8.000)
Ações em tesouraria	–	–	(1.520)	–	–	–	(1.520)	(1.520)
Distribuição de dividendos	–	–	–	–	–	–	(18)	(18)
Resultado líquido do exercício	–	–	–	–	(15.991)	(15.991)	(1.626)	(17.617)

	Consolidado Controladora							
	Capital social	Transações de capital	Reserva de Capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros líquidos/(prejuízos) acumulados	Total	Participação dos não controladores
Resultado das operações descontinuadas	–	–	–	–	–	–	–	–
Transferência de reserva legal	–	–	–	–	–	–	–	–
Dividendos obrigatórios	–	–	–	–	–	–	–	–
Transferência para reserva de lucros	–	–	–	–	(15.991)	15.991	–	–
Saldos em 31/12/2024	38.760	291	(12.700)	2.225	23.550	–	52.126	10.526

2.5. Reconciliação do Fluxo de caixa do exercício de 2024:

	Controladora			Consolidado		
	Auditado 2024	Ajustes	Reapresentação 2024	Auditado 2024	Ajustes	Reapresentação 2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais						
Lucro líquido do exercício	(15.991)	–	(8.167)	(17.617)	–	(9.793)
Ajustes que não afetam o caixa						
Depreciação e amortização	(284)	–	(284)	(270)	–	(270)
Resultado do valor justo de contratos de energia	9.061	–	9.061	9.061	–	9.061
Tributos diferidos	(10.774)	4.031	(6.743)	(10.808)	4.031	(6.777)
Outros resultados com investimentos	(13.570)	–	(13.570)	(13.570)	–	(13.570)
Equivalência patrimonial	4.009	–	4.009	–	–	–
	(27.549)	4.031	(15.695)	(33.204)	4.031	(21.349)
(Decréscimo)/acrécimo nas contas de ativo						
Contas a receber	9.233	–	9.233	6.560	–	6.560
Impostos a recuperar	(1.683)	–	(1.683)	(1.821)	–	(1.821)
Outros ativos	(14.261)	–	(14.261)	(16.257)	–	(16.257)
Acrécimo/(decrécimo) nas contas de passivo						
Fornecedores	(12.129)	–	(12.129)	(12.760)	–	(12.760)
Obrigações tributárias	594	–	594	(919)	–	(919)
Salários e provisões a pagar	(1.353)	–	(1.353)	(1.317)	–	(1.317)
Outros passivos	(4.979)	–	(4.979)	1.874	–	1.874
Caixa gerado das/usado nas atividades operacionais	(52.126)	4.031	(40.272)	(57.844)	4.031	(45.989)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos						
Aquisição de imobilizado	(1.363)	–	(1.363)	(25.540)	(2.561)	(28.101)
Aquisição de investimento	(11.041)	–	(11.041)	(16.475)	(9.294)	(25.769)
Baixa de investimento	18.944	–	18.944	18.944	–	18.944
Aporte de capital	(100)	–	(100)	160	–	160
Dividendos recebidos	1.826	–	1.826	–	–	–
Caixa usado nas atividades de investimento	8.266	–	8.266	(22.911)	(11.855)	(34.766)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento						
Empréstimos com partes relacionadas	(28.858)	(11.855)	(40.713)	(20.663)	–	(20.663)
Captação de empréstimos	92.933	–	92.933	114.061	–	114.061
Dividendos pagos	(12.000)	–	(12.000)	(12.000)	–	(12.000)
Ações em Tesouraria	(1.520)	–	(1.520)	(1.520)	–	(1.520)
Caixa gerado/(aplicado) das atividades de financiamento	50.555	(11.855)	38.700	79.878	–	79.878
Acrécimo/(decrécimo) líquido no caixa e equivalentes de caixa	6.695	(7.824)	6.695	(877)	(7.824)	(877)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	27.039	–	27.039	34.666	–	34.666
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	33.734	–	33.734	33.789	–	33.789
Acrécimo/(Decréscimo) líquido no caixa e equivalentes de caixa	6.695	–	6.695	(877)	–	(877)

3. Estrutura societária:



PUBLICIDADE LEGAL

TRINITY ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

2.3.1 Operação descontinuada: Em 2025 a Companhia de forma estratégica manteve a opção pela venda dos parques fotovoltaicos pertencentes ao segmento de Geração Distribuída. Desta forma, os ativos relacionados abaixo foram destinados ao grupo "ativos para venda" (referência nota "9"). As sociedades UFV Pedra da Gávea Energia Elétrica Ltda.; UFV Pedra Bonita Energia Elétrica Ltda., UFV TNT São Gonçalo do Amarante Ltda.; UFV TNT Jaguaruana I Ltda.; UFV TNT Jaguaruana II Ltda.; UFV TNT Jaguaruana III Ltda., que são controladas pela Trinity Energias Renováveis S.A. As sociedades UFV TNT Agrestina I Ltda.; UFV TNT Ipu Ltda.; UFV TNT Irecê I Ltda.; UFV TNT Irecê II Ltda.; UFV TNT Irecê III Ltda.; UFV TNT Morada Nova I Ltda., UFV Morada Nova II Ltda., UFV TNT Itaquitinga Ltda.; UFV TNT Petrolina I Ltda.; UFV TNT Petrolina II Ltda.; UFV TNT Senador Pompeu I Ltda.; UFV TNT Morro do Chapéu I Ltda.; UFV TNT Morro do Chapéu II Ltda.; UFV TNT Morro do Chapéu III Ltda. ; UFV TNT Canindé I Ltda.; UFV TNT Canindé II Ltda.; UFV TNT Canindé III Ltda., que são controladas pela Trinity Participações e Administração de Bens Ltda. As sociedades UFV TNT Sertânia I Ltda.; UFV TNT Sertânia II Ltda.; UFV TNT Petrolândia I Ltda.; UFV TNT Santana do Seridó I Ltda.; UFV TNT Currais Novos I Ltda.; UFV TNT Currais Novos II Ltda., que são controladas pela Trinity Nordeste Participações e Administração de Bens Ltda. **4. Bases de preparação e apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** a) **Declaração de conformidade (com relação às práticas contábeis adotadas no Brasil) :** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Administração aprovou a conclusão das demonstrações contábeis em 14/07/2026. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão sendo apresentadas e divulgadas de acordo com o CPC 26R1 (apresentação das demonstrações contábeis). **b) Base de mensuração:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos, os quais são mensurados pelo valor justo. **c) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações

contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras divulgadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **d) Uso de estimativas:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões em relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **• Nota nº 7 – Contas a receber;** **• Nota nº 18 –** Provisão para contingências; **• Nota nº 23 –** Estimativa de valor justo dos instrumentos financeiros. **e) Gestão do capital:** A Sociedade busca alternativas de capital com o objetivo de satisfazer as suas necessidades operacionais, objetivando uma estrutura de capital que leve em consideração parâmetros adequados para os custos financeiros, os prazos de vencimento das captações e suas garantias. **5. Principais políticas contábeis adotadas :** As principais políticas contábeis utilizadas na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados: **5.1. Instrumentos financeiros: Ativo financeiro:** **• Classificação ativo financeiro:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (i) custo amortizado (CA); (ii) Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes ("VJORA"); ou (iii) Valor Justo por meio do Resultado ("VJR"). Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. Um ativo financeiro é mensurado no VJORA somente se satisfizer ambas as condições a seguir: (i)

o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado. Adicionalmente, no reconhecimento inicial, a Sociedade pode, irrevogavelmente, designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao VJORA ou mesmo ao VJR. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descaimento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo. **• Reconhecimento e mensuração:** As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado. Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem. O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Sociedade estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela Administração. **• Valor recuperável (impairment) de ativos financeiros – ativos mensurados ao custo amortizado:** A Sociedade avalia no final de cada período de relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pela Sociedade para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal; (iii) probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e (iv) extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

João Alberto Bertin Sanches - Diretor Presidente

Lucineide de Fatima Vilera - CRC SP 313797/O-6

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS COM RESSALVAS

Aos Acionistas e Administradores da **Trinity Energias Renováveis S.A.**, São Paulo – SP. **Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas com ressalvas:** Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **Trinity Energias Renováveis S.A. ("Sociedade" ou "Trinity")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, exceto pelos assuntos descritos na seção "base para opinião com ressalvas", as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Trinity Energias Renováveis S.A.** em 31/12/2025, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas com ressalvas:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas. **Covenants:** Conforme detalhado na Nota Explicativa nº 14, a Sociedade possui contratos de empréstimos e financiamentos sujeitos a cláusulas restritivas (*covenants*) e de *cross default*. Em 31/12/2025, a Sociedade estava em descumprimento de certas obrigações contratuais. Apesar de ter obtido *waivers* dos credores após o fechamento do exercício, a Sociedade não possuía, em 31/12/2025, o direito incondicional de adiar a liquidação dessas dívidas por mais de 12 meses. Dessa forma, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tais obrigações deveriam ter sido integralmente classificadas no passivo circulante naquela data. Consequentemente, o passivo circulante encontra-se subavaliado e o passivo não circulante superavaliado em R\$ 93.819 mil em 31/12/2025. **Realização de impostos diferidos:** A Sociedade possui registrado na rubrica de ativo fiscal diferido, classificada no ativo não circulante, o montante de R\$ 57.093 mil em 31/12/2025. Entretanto, considerando a ausência de histórico recente de rentabilidade e o fato de não nos ter sido disponibilizado estudo formal que demonstre a geração provável de lucros tributáveis futuros em montante suficiente para suportar a realização desses créditos tributários, não obtivemos evidências de auditoria apropriadas e suficientes quanto à sua recuperabilidade. Consequentemente, entendemos que o saldo de ativo fiscal diferido deveria ter sido integralmente baixado, resultando em uma superavaliação do ativo não circulante e do resultado do exercício em R\$ 57.093 mil nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas encerradas em 31/12/2025. **Contratos futuros de energia:** Conforme descrito na Nota Explicativa nº 23, a Sociedade possui registrado no balanço patrimonial o montante líquido de R\$ 369 mil a receber referente a contratos futuros de energia mensurados ao valor justo. Com base em nossos procedimentos de auditoria, estimamos que, se tivesse sido utilizada uma estimativa apropriada para os preços futuros, o saldo líquido desses contratos está superavaliado em aproximadamente R\$ 9,8 milhões, com correspondente efeito no resultado do exercício findo em 31/12/2025, líquido de efeitos tributários. Consequentemente, o patrimônio líquido nessa data também se apresenta superavaliado no mesmo montante. **Resultado de equivalência patrimonial:** Durante o exercício findo em 31/12/2025, a Sociedade reconheceu no resultado o montante de R\$ 9.762 mil na rubrica de equivalência patrimonial, referente a efeitos de sua controlada relacionados ao exercício anterior, findo em 31/12/2024. Esse montante foi registrado em contrapartida ao investimento e reconhecido diretamente no resultado de 2025. De acordo com o CPC 23 (Políticas

Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro), erros de exercícios anteriores devem ser corrigidos retrospectivamente, mediante a reapresentação das informações comparativas e o ajuste dos saldos de abertura do patrimônio líquido do período mais antigo apresentado. A Administração, entretanto, não efetuou o tratamento retrospectivo requerido. Consequentemente, o resultado de equivalência patrimonial e o lucro líquido do exercício findo em 31/12/2025 estão superavaliados em R\$ 9.762 mil, enquanto os saldos comparativos e os saldos de abertura do patrimônio líquido não refletem os ajustes exigidos pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. Adicionalmente, devido ao registro desse ajuste diretamente no resultado do exercício corrente, em vez de transitar pelos saldos de abertura, a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) apresentam inconsistência de conciliação entre si. **Passivo com parte relacionada:** Conforme Nota Explicativa nº9 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Sociedade apresenta, na rubrica de partes relacionadas do passivo circulante, o montante de R\$ 13.500 mil com a Brasil GD Infra Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura ou "Fundo de Investimento Brasil GD". Não nos foram disponibilizadas evidências de auditoria apropriadas e suficientes que suportassem esse saldo. Consequentemente, não foi possível determinar se seriam necessários ajustes e/ou divulgações adicionais relacionados ao referido saldo de partes relacionadas em 31/12/2025, bem como aos possíveis efeitos sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, incluindo as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data. **Obrigações tributárias no passivo não circulante:** A Sociedade apresenta registrado na rubrica de obrigações tributárias do passivo não circulante o montante de R\$ 8.927 mil em 31/12/2025. Não nos foram fornecidas informações e documentação suporte suficientes para respaldar a composição, origem e mensuração desse saldo. Dessa forma, não foi possível obter evidências de auditoria apropriadas e suficientes acerca da adequação do referido passivo. Consequentemente, não nos foi possível determinar se seriam necessários ajustes sobre esse saldo, bem como os eventuais efeitos decorrentes nas demonstrações contábeis da Sociedade referentes ao exercício findo em 31/12/2025. **Ênfase: Incerteza relevante sobre continuidade operacional:** Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que descreve que a Sociedade apresenta, em 31/12/2025, capital circulante líquido negativo, bem como o descumprimento de cláusulas restritivas (*covenants*) relacionadas a determinadas dívidas financeiras. Adicionalmente, conforme informado pela Administração, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) encontra-se monitorando a Sociedade quanto ao cumprimento de obrigações de balanceamento no mercado de energia. A Nota Explicativa nº 24 também descreve eventos subsequentes relevantes, incluindo renegociações de *covenants* financeiros e potenciais execuções relacionadas às obrigações assumidas. Esses fatos e circunstâncias, em conjunto com outros assuntos descritos nas referidas notas explicativas, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidade**

do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: **•** Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; **•** Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade; **•** Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; **•** Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional; **•** Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; **•** Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos, também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 14/07/2026.



BDO RCS
Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1

Thiago Gonçalves Marques
Contador
CRC 1 SP 254881/O-8

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida.
As demonstrações financeiras completas, estão disponíveis na sede da Companhia e no endereço eletrônico do presente jornal: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/

Publique no
Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo
ou apontando a câmera do seu
celular no QRcode ao lado.

datamercantil.com.br

☎ Contato: (11) 3361-8833

✉ Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA
MERCANTIL

São Paulo

PUBLICIDADE LEGAL

DÓLAR

compra/venda

Câmbio livre BC - R\$

5,0801 / R\$ 5,0807 **

Câmbio livre mercado -

R\$ 5,0818 / R\$ 5,0838 *

Turismo - R\$ 5,1123 /

R\$ 5,2923

(*) cotação média do

mercado

(**) cotação do Banco

Central

Variação do câmbio

livre mercado

no dia: 0,62%

BOLSAS

B3 (Ibovespa)

Variação:

−0,46%

Pontos: 176.723

Volume financeiro:

R\$ 21,382 bilhões

Maiores altas: Rumo

SA ON (2,35%), Vibra

Energia SA ON (1,77%),

Ultrapar Participacoes

SA ON (1,71%)

Maiores baixas:

Hapvida Participacoes

e Investimentos SA ON

(8,08-%), TOTVS SA

ON (-6,37%), Sendas

Distribuidora SA ON

(-4,52%)

S&P 500 (Nova York):

-1,21%

Dow Jones (Nova York):

-0,97%

Nasdaq (Nova York):

-2,15%

CAC 40 (Paris): -1,64%

Dax 30 (Frankfurt):

-1,56%

Financial 100 (Lon-

dres): -0,73%

Nikkei 225 (Tóquio):

0,46%

Hang Seng (Hong

Kong): 1,28%

Shanghai Composite

(Xangai): 0,25%

CSI 300 (Xangai e

Shenzhen): 0,23%

Merval (Buenos Aires):

-1,78%

IPC (México): -1,54%

ÍNDICES DE INFLAÇÃO

IPCA/IBGE

Outubro 2025: 0,09%

Novembro 2025: 0,18%

Dezembro 2025: 0,33%

Janeiro 2026: 0,33%

Fevereiro 2026: 0,70%

Março 2026: 0,88%

Abril 2026: 0,67%

Mai 2026: 0,81%

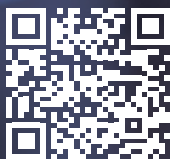
Junho 2026: 0,16%

Log & Print Gráfica, Dados Variáveis e Logística S.A.									
CNPJ/ME nº 66.079.609/0001-06 - NIRE 35.300.357.787									
As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida.									
As demonstrações financeiras completas, estão disponíveis na sede da Companhia e no endereço eletrônico do presente jornal: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/									
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31/12/2025 E 2024 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)									
BALANÇOS PATRIMONIAIS					DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Ativo	Controladora		Consolidado		Capital social	Transações de capital entre acionistas	Atribuível aos acionistas controladores	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
	2025	2024	2025	2024					
Circulante									
Caixa e equivalente de caixa	1.024	4.944	1.119	5.374	Saldos em 31/12/2023	392.507	(3.738)	(376.519)	12.250
Contas a receber	38.754	17.501	40.579	20.129	Prejuízo do exercício	-	-	(23.731)	(23.731)
Estoques	47.371	52.648	47.390	52.717	Saldos em 31/12/2024	392.507	(3.738)	(400.250)	(11.481)
Impostos a recuperar	6.085	4.171	8.222	5.895	Prejuízo do exercício	-	-	(26.087)	(26.087)
Outros créditos	3.002	3.205	3.835	3.820	Saldos em 31/12/2025	392.507	(3.738)	(426.337)	(37.568)
	96.236	82.469	101.145	87.935				(715)	(38.283)
Não circulante					DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS				
Outros créditos	432	426	432	426	Controladora		Consolidado		DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Impostos a recuperar	1.776	2.378	1.776	2.378	2025	2024	2025	2024	
Investimentos	11.666	11.202	-	-	Receita operacional líquida	250.849	217.907	270.281	240.624
Direito de uso	49.786	53.769	49.786	53.769	Custo dos produtos vendidos	(233.025)	(210.740)	(241.642)	(220.016)
Imobilizado	60.930	68.886	60.938	68.903	Lucro bruto	17.824	7.167	28.639	20.608
Intangível	94.939	98.860	94.940	98.866	(Despesas) e outras receitas				
	219.529	235.521	207.872	224.342	Comerciais	(8.776)	(7.092)	(8.828)	(7.093)
Total	315.765	317.990	309.017	312.277	Administrativas	(10.294)	(13.847)	(19.182)	(25.235)
Passivo					Outras receitas, líquidas	4.100	16.161	4.130	12.015
Circulante					Resultado de equivalência patrimonial	464	(2.398)	-	-
Fornecedores	25.951	46.882	26.897	47.743	Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e dos impostos	3.318	(9)	4.759	295
Fornecedores – risco sacado	-	678	-	678	Resultado financeiro líquido	(29.405)	(23.722)	(30.593)	(24.480)
Empréstimos e financiamentos	76.649	41.874	79.828	43.302	Prejuízo antes dos impostos	(26.087)	(23.731)	(25.834)	(24.185)
Salários, férias e encargos sociais	8.723	20.852	8.723	20.852	IRPJ e CSLL				
Impostos e contribuições a recolher	3.166	2.656	3.794	3.085	Correntes	-	-	(299)	(85)
Parcelamento de tributos	4.532	841	4.685	857	Prejuízo do exercício	(26.087)	(23.731)	(26.133)	(24.270)
Partes relacionadas	71.838	67.593	71.838	67.593	Prejuízo atribuível à:				
Adiantamento de clientes	30.572	10.671	30.576	10.675	Controladores	(26.087)	(23.731)	(26.087)	(23.731)
Passivo de arrendamentos	2.585	2.525	2.585	2.525	Não controladores	-	-	(46)	(539)
Outras contas a pagar	3.405	3.059	4.209	3.863	Quantidade de ações	10.949.335.440	10.949.335.440		
	227.421	197.631	233.135	201.173	Prejuízo básico e diluído por ação – em reais	(0,0024)	(0,0022)		
Não circulante					DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES				
Empréstimos e financiamentos	35.979	51.135	35.979	54.244	Controladora		Consolidado		
Partes relacionadas	24.128	24.419	-	-	2025	2024	2025	2024	
Parcelamento de tributos	13.143	939	13.180	1.319	Prejuízo do exercício	(26.087)	(23.731)	(26.133)	(24.270)
Passivo de arrendamentos	47.137	49.722	47.137	49.722	Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Prov. p/ riscos trabalhistas, cíveis e tributários	5.525	5.625	17.869	17.969	Total do resultado abrangente do exercício	(26.087)	(23.731)	(26.133)	(24.270)
	125.912	131.840	114.165	123.254	Total do resultado abrangente atribuído a:				
Patrimônio líquido					Controladores	(26.087)	(23.731)	(26.087)	(23.731)
Capital social	392.507	392.507	392.507	392.507	Não controladores	-	-	(46)	(539)
Reserva de ágio	(3.738)	(3.738)	(3.738)	(3.738)					
Prejuízos acumulados	(426.337)	(400.250)	(426.337)	(400.250)	assumidos e destacam que esta iniciativa tem sido crucial para o restabelecimento e fortalecimento financeiro da Companhia no atual processo de reestruturação. Em 2022, foram incluídos 115 fornecedores com valores em aberto, totalizando R\$ 107.828. No mesmo exercício, foi quitado o montante de R\$ 5.142, referente aos débitos superiores a R\$ 250. Em 2023, durante os meses de janeiro, fevereiro e março, foram pagos R\$ 5.972, correspondentes a valores em aberto inferiores a R\$ 250. O saldo remanescente ficou concentrado principalmente em dois credores: • Itaiú: saldo de R\$ 9.271, com início dos pagamentos em dezembro de 2023. Foram pagos R\$ 81 em 2023, R\$ 754 em 2024 e em 2025 R\$ 1.169. • Ricoh: saldo de R\$ 51.978 em 2022, com início dos pagamentos em janeiro de 2024. Em 2024, foram pagos R\$ 1.432, sendo reconhecido o valor proporcional de adimplência de crédito de 50% da dívida, no montante de R\$ 1.214. Em 2025, foram pagos R\$ 1.066, sendo reconhecido o valor proporcional de adimplência no montante de R\$ 707. Em 19/12/2023, a Companhia e a HP Financial Services Arrendamento Mercantil S.A. ("HPFS") celebraram acordo extraconcursal no valor de R\$ 46.500, acrescido de R\$ 800 em favor da Castro Barros, consultoria da HPFS. Os pagamentos realizados foram os seguintes: • HPFS: R\$ 390 em 2023; em R\$ 14.908 em 2024 e R\$ 3.818 em 2025. • Castro Barros: R\$ 160 em 2023 e R\$ 640 em 2024 ocorreu a quitação de 100%. 2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: 2.1 Declaração de conformidade com as práticas contábeis: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração e autorizadas para emissão e divulgação pela Administração da Companhia em 17/06/2026 e a aprovação pelos acionistas ocorrerá posteriormente em Assembleia.				
Participação dos acionistas não controladores	-	-	(715)	(669)	A Diretoria				
	(37.568)	(11.481)	(38.283)	(12.150)	Alderano Américo Fielem – Diretor Presidente				
Total	315.765	317.990	309.017	312.277	Caio Graccho de Toledo Reis – Diretor				
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS					Silvinei Cordeiro Toffanin – Contador – 1SP1920895/0-6				
1. Contexto operacional: A Log & Print Gráfica, Dados Variáveis e Logística S.A. ("Companhia"), com sede na cidade de Vinhedo, Estado de São Paulo, atua principalmente no segmento gráfico editorial, realizando impressão de revistas, livros e catálogos, atendendo tanto ao mercado nacional quanto ao internacional. Possui ainda, no mesmo endereço de sua matriz, uma unidade filial dedicada especialmente à prestação de serviços de processamento de dados e impressão eletrônica de dados variáveis. Complementando sua estrutura operacional, a Companhia detém o controle da Print Laser Cartões e Sistemas Digitais Ltda. ("Print Laser Cartões"), especializada no segmento de processamento de dados, gestão de banco de dados e digitalização de documentos. Controla ainda a Ezpay Soluções de Tecnologia e Pagamentos S.A. ("Ezpay"), que desenvolve soluções tecnológicas inovadoras focadas na entrega eletrônica sob demanda de documentos transacionais para seus clientes. Atualização sobre o Plano de Recuperação Extrajudicial: Em continuidade ao Plano de Recuperação Extrajudicial protocolado sob o nº 1002692 49.2022.8.26.0659 em 02/09/2022, deferido em 09/09/2022 e homologado judicialmente em dezembro de 2022, a Companhia informa que permanece rigorosamente adimplente com todos os compromissos estabelecidos. O plano contempla três modelos de pagamento: amortização acelerada, com pagamento integral das parcelas de curto prazo, já devidamente efetivadas; a opção balanceada, prevendo desconto de 50% do crédito e saldo parcelado em 5 anos, cujos pagamentos encontram-se absolutamente em dia; e, por fim, a amortização ordinária, com carência inicial de um ano e prazo subsequente de 14 anos, também integralmente adimplida até o momento. Ressalta-se ainda que nenhuma alteração foi feita nas condições originalmente acordadas. O corpo executivo e os acionistas da Companhia não identificam riscos significativos associados ao cumprimento dos compromissos									
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas									
Ilmo. Srs. Aos Acionistas e Administradores Log & Print Gráfica, Dados Variáveis e Logística S.A. , Vinhedo – SP. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Log & Print Gráfica, Dados Variáveis e Logística S.A. ("Companhia"), identificada como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da Log & Print Gráfica, Dados Variáveis e Logística S.A. em 31/12/2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Ênfase - Plano de Recuperação Extrajudicial e Continuidade Operacional: Conforme descrito na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Log & Print Gráfica, Dados Variáveis e Logística S.A. encontra-se em processo de recuperação extrajudicial desde 2022, tendo o respectivo plano sido aprovado pelos credores e homologado pelo Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo em 12/12/2022. Os efeitos da conversão das dívidas quirografárias sujeitas ao referido plano foram refletidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31/12/2025, as quais foram elaboradas com base no pressuposto da continuidade operacional. A Companhia vem incorrendo em prejuízos, sendo R\$ 26.087 mil no exercício findo em 31/12/2025 na controladora e R\$ 26.133 mil no consolidado (R\$ 23.731 mil e R\$ 24.270 mil, respectivamente, em 2024) e, nesta data, o passivo circulante da Companhia excedeu o ativo circulante em R\$ 131.185 mil na controladora e em R\$ 131.990 mil no consolidado (R\$ 115.162 mil e R\$ 113.238 mil, respectivamente, em 31/12/2024). Bem como,									
apresentou patrimônio líquido negativo no montante de R\$ 37.568 mil na controladora e R\$ 38.283 mil, no consolidado (R\$ 11.481 mil e R\$ 12.150 mil negativos, respectivamente, em 31/12/2024). A efetiva execução do plano de recuperação aprovado definirá a perspectiva da Companhia fazer face aos seus compromissos e dar continuidade normal às suas operações. "Nossa opinião não contém ressalva sobre esse assunto. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais									
riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.									
São Paulo, 17/06/2026.									
Crowe Macro Auditores Independentes - CRC-2SP031004/0-6									
Roberson de Sousa Cardoso - Contador - CRC1SP 325546/0-9									
Sérgio Ricardo de Oliveira - Contador - CRC-1SP186070/0-8									

Cotação das Moedas

Coroa (Suécia)	- 0,5202
Dólar (EUA)	- 5,0807
Franco (Suíça)	- 6,218
Iene (Japão)	- 0,03102
Libra (Inglaterra)	- 6,7639
Peso (Argentina)	- 0,003412
Peso (Chile)	- 0,005357
Peso (México)	- 0,29
Peso (Uruguai)	- 0,1266
Yuan (China)	- 0,7505
Rublo (Rússia)	- 0,06489
Euro (Unidade Monetária Europeia)	- 5,7788

PUBLICIDADE LEGAL



datamercantil.com.br

DATA MERCANTIL

SEMPRE DIVULGANDO SUAS INFORMAÇÕES E NÚMEROS COM TRANSPARÊNCIA, SEGURANÇA E QUALIDADE.

Centrovias Sistemas Rodoviários S.A.

CNPJ/ME nº 02.555.926/0001-79 – NIRE 35.300.155.611

Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2026

1. **Data, Hora e Local:** Aos 30/04/2026, às 11h00, na sede social da Centrovias Sistemas Rodoviários S.A. ("Companhia"), na Avenida Romano Zorzo, 2000, Jardim Sobradinho, Araras-SP. 2. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença dos representantes da totalidade das ações. 3. **Publicação:** Dispensada a publicação dos anúncios a que se refere o caput do artigo 133 da Lei nº 6.404/76, tendo em vista a publicação do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31/12/2025, do parecer dos auditores independentes e dos demais documentos pertinentes às matérias constantes da Ordem do Dia, na Central de Balanços na edição do dia 22/04/2026. 4. **Mesa:** Presidente: Sr. Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira; Secretária: Sra. Sabrina Indelicato Penteado. 5. **Ordem do Dia:** 5.1 Em Assembleia Geral Ordinária: 5.1.1 Examinar, discutir e aprovar o relatório de Administração, das contas da Diretoria, bem como as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2025, as quais se encontram acompanhadas do parecer dos auditores independentes; e 5.1.2 Deliberar sobre a destinação do lucro líquido da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31/12/2025. 5.2 Em Assembleia Geral Extraordinária: 5.2.1 Deliberar sobre a rratificação do item 6.1.2 da ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 30/04/2025, em razão de ter constado o prazo equivocado para distribuição adicional dos dividendos obrigatórios da Companhia. 6. **Deliberações:** 6.1 Em Assembleia Geral Ordinária: 6.1.1 Aprovar, sem reservas, o Relatório da Administração, as contas da Diretoria, e as Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2025, acompanhadas do Parecer dos auditores independentes emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Ltda; e 6.1.2 Foi aprovada a destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31/12/2025, de R\$ 508.166,24, sendo (i) R\$ 25.408,31, equivalente a 5% de lucro líquido do exercício, destinado a reserva legal, conforme artigo 193, da Lei nº 6.404/1976; (ii) R\$ 120.689,48, equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, para distribuição de dividendos obrigatórios referentes a 2025, conforme artigo 18 do estatuto social, os quais serão distribuídos até 31/12/2027; e (iii) R\$ 362.068,45, destinado a conta de reserva de lucros. 6.2 Em Assembleia Geral Extraordinária: 6.2.1 Aprovar a rratificação do item 6.1.2 da ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 30/04/2025, registrada na Junta Comercial de São Paulo – JUCESP sob o nº 185.912/25-4, em 16/06/2025, em razão de ter constado equivocadamente o prazo de até 31/12/2025 para distribuição adicional aos dividendos obrigatórios no valor R\$ 6.288.646,38, quando, efetivamente, deveria ter constado o prazo de até 31/12/2027. Em virtude desta deliberação, o item 6.1.2 da ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 30/04/2025, deve ser lido com a seguinte redação: "6.1.2 Aprovar a destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31/12/2024, no valor de R\$ 8.384.861,84, sendo que a Companhia não constituirá reserva legal, tendo em vista que já atingiu o limite máximo previsto na legislação, conforme artigo 193, §§ 1º e 2º da lei 6404/76; (i) 2.096.215,46, equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, para distribuição de dividendos obrigatórios referentes a 2024, conforme artigo 18 do estatuto social da Companhia, que serão distribuídos até 31/12/2025; e (ii) R\$ 6.288.646,38 destinados para distribuição adicional aos dividendos obrigatórios, que serão distribuídos até 31/12/2027; e" 6.3 Aprovar a lavratura desta Ata em forma de sumário, em conformidade com o disposto no artigo 130, § 1º, da Lei 6404/76. 7. **Encerramento:** Nada mais a tratar, foi encerrada a Assembleia e lavrada a presente Ata. Presidente: Sr. Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira e Secretária: Sra. Sabrina Indelicato Penteado. Araras, 30/04/2026. **Sabrina Indelicato Penteado** – Secretária. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 265.685/26-6 em 03/07/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Elekeiroz S.A.

CNPJ/MF nº 13.788.120/0001-47 – NIRE 35.300.323.971

Ata Sumária da Reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de junho de 2026
Data, Hora e Local: em 25/06/2026, às 10:00, por teleconferência. **Mesa:** Francisco Fortunato (Presidente) e Domingos Fortunato Neto (Secretário). **Quorum:** a totalidade dos membros efetivos. **Deliberação Tomada por Unanidade:** (i) aprovar e ratificar a autorização para a captação de recursos através de ACC (Antecipação de Contrato de Câmbio de Exportação), junto ao Banco ABC Brasil, de R\$ 40.000.000,00, ao custo de 6,18% a.a., com vencimento em 04/01/2027, pagamento de juros e principal no vencimento, com aval da OCQ, Domingos Fortunato Neto e Francisco Fortunato, (ii) autorizar a Diretoria a praticar todos os atos necessários à efetivação dessa operação. **Encerramento:** nada mais a tratar. Várzea Paulista/SP, 25/06/2026. **Mesa:** Francisco Fortunato – Presidente; Domingos Fortunato Neto – Secretário. JUCESP – Registro nº 295.631/26-0 em 20/07/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

DM Participações S.A.

CNPJ/ME nº 45.586.447/0001-22

Edital de 2ª (segunda) Convocação da Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em série única, para Distribuição Pública, sob o rito de Registro Automático, da DM Participações S.A.
Ficam convocados os senhores titulares das debêntures em circulação ("Debenturistas") da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública Sob o Rito de Registro Automático de Distribuição, da Dm Participações S.A. ("Emissora"), respectivamente, emitidas nos termos do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública Sob o Rito de Registro Automático de Distribuição, da Dm Participações S.A.", originalmente celebrado em 03 de abril de 2024, entre a Emissora e a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Agente Fiduciário") (conforme aditado de tempos em tempos, "Escritura de Emissão"), para se reunirem, em segunda convocação, no dia 04 de agosto de 2026, às 14:00 horas, em Assembleia Geral de Debenturistas ("AGD"), a ser realizada de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma Microsoft Teams ("Plataforma Digital"), nos termos do artigo 71 da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81"), para analisar e deliberar sobre as seguintes: sobre as seguintes **Ordens do Dia:** a) Concessão de waiver e, consequentemente, a não declaração de Vencimento Antecipado das Debêntures, nos termos da Escritura de Emissão, em razão do não cumprimento tempestivo da obrigação de disponibilização das Demonstrações Financeiras Consolidadas Auditadas da Emissora relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, cujo prazo era 31 de março de 2026, considerando que a referida obrigação já foi posteriormente cumprida com a efetiva disponibilização em 21.04.2026, permanecendo válidas e eficazes todas as demais cláusulas, condições e obrigações previstas na Escritura de Emissão e nos demais documentos da Emissão; b) Concessão de waiver e, consequentemente, a não declaração de Evento de Vencimento Antecipado Não Automático das Debêntures, nos termos da Escritura de Emissão, em razão do não cumprimento tempestivo da obrigação de disponibilização das Informações Financeiras Trimestrais Consolidadas Revisadas da Emissora referentes ao trimestre encerrado em 31 de março de 2026, cujo prazo era 15.05.2026, considerando que a referida obrigação foi posteriormente cumprida com a efetiva disponibilização em 22.06.2026, permanecendo válidas e eficazes todas as demais cláusulas, condições e obrigações previstas na Escritura de Emissão e nos demais Documentos da Operação; c) Concessão de anuência prévia e pontual para o não cumprimento do prazo previsto na Cláusula 9.1, inciso (i), alínea "b", da Escritura de Emissão, de modo a autorizar a Emissora a enviar as **Informações Financeiras Trimestrais Consolidadas Revisadas** referentes ao trimestre encerrado em 30 de junho de 2026 até o dia 20 de setembro de 2026, sem que tal postergação configure um Evento de Vencimento Não Automático das Debêntures, nos termos da Cláusula 7.1.2 da referida escritura; d) Autorizar à Emissora e ao Agente Fiduciário para prática de todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à formalização, implementação e/ou aperfeiçoamento das deliberações referentes às matérias indicadas nesta ordem do dia. **Informações Gerais:** O modelo de voto eletrônico consta do Anexo I deste Edital. Nos termos das Cláusulas 11.6 e 11.12 da Escritura de Emissão, a AGD será instalada em segunda convocação com o quórum previsto na Escritura de Emissão, sendo que as matérias constantes da Ordem do Dia dependem da aprovação de 55% (cinquenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação. Os Debenturistas que desejarem participar da AGD deverão realizar cadastro junto à Emissora, mediante envio de solicitação para ri@vocedm.com.br, com cópia para af.assembleias@oliveiratrust.com.br, até 2 (dois) Dias Úteis antes da data de realização da AGD, acompanhada da documentação comprobatória de representação e titularidade aplicável, nos termos da Lei nº 6.404/76, da Resolução CVM 81 e da Escritura de Emissão. A AGD será realizada exclusivamente de forma digital, por meio da plataforma Microsoft Teams. Após a validação da documentação, os Debenturistas receberão as instruções de acesso à plataforma eletrônica. O acesso será restrito aos Debenturistas devidamente credenciados. Todos os documentos e informações relacionados à AGD, incluindo a Escritura de Emissão, o modelo de voto à distância e as orientações para participação, encontram-se disponíveis para consulta na sede da Emissora e nos websites da Emissora, da CVM, da B3 e do Agente Fiduciário. Todos os termos iniciados em letra maiúscula e não definidos neste Edital terão o significado que lhes é atribuído na Escritura de Emissão. São José dos Campos, 22 de julho de 2026. (24, 25 e 28/07/2026)

Riclan S.A.

CNPJ/MF nº 56.370.364/0001-18 – NIRE 35.300.017.404

Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada no Dia 19/06/2026

Aos 19/06/2026, às 10h00, na sede social da Riclan S.A., com a totalidade dos acionistas. Presidente da Mesa, Oswaldo Grisotto Junior e Secretário Mario Schraider Junior. Convocação na forma do § 4º, Art. 124, Lei 6.404/76. Apresentado, discutido e votado, sendo aprovados, por unanimidade, com abstenção dos legalmente impedidos, o Relatório e Contas da Diretoria, Balanço Geral e Demonstrações Financeiras, referentes ao Exercício encerrado em 31/12/2025, publicadas no Jornal Data Mercantil, página 06, em 12/06/2026 e deliberado não instalar o Conselho Fiscal para o exercício corrente. Em seguida, foram reeleitos, por unanimidade, os membros da Diretoria até 20/07/2027, mediante termos de posse e desimpedimento. Diretor Presidente: **Sr. Mario Schraider Junior**, RG nº 6.615.565-4 SSP/SP, CPF/MF nº 032.676.958-72 e, como Diretor, **Sr. Oswaldo Grisotto Junior**, RG nº 3.164.035-7 SSP/SP, CPF/MF nº 137.574.158-68. As demais Diretorias previstas no Estatuto permanecerão vagas para o período. É fixada a remuneração global de até R\$ 96.638,83 mensais. **Encerramento:** Nada mais a tratar, foi lavrada esta ata. **Oswaldo Grisotto Junior** – Presidente e Acionista; **Mario Schraider Junior** – Secretário e Acionista. JUCESP – Registro sob o nº 295.602/26-0 em 20/07/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

comercial@datamercantil.com.br

Vianorte S.A.

CNPJ/ME nº 02.366.097/0001-86 – NIRE 35.300.154.207

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de junho de 2026

Data, Hora e Local: Aos 26/06/2026, às 09h00, na sede social da Companhia, na Via Anhanguera, Km 312,2, Pista Norte, Ribeirão Preto-SP. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença do acionista titular da totalidade das ações de emissão da Companhia. **Mesa:** Presidente: Sr. Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira; Secretária: Sra. Sabrina Indelicato Penteado. **Ordem do Dia:** 1. Nos termos do artigo 8, "vii" do Estatuto Social da Companhia, aprovar e ratificar a celebração, pela Companhia, dos contratos listados no Anexo I da presente Ata. **Deliberações aprovadas:** 1. Nos termos do artigo 8, "vii" do Estatuto Social da Companhia, aprovar e ratificar a celebração, pela Companhia, dos contratos listados no Anexo I da presente Ata; e 2. Aprovar a lavratura desta ata em forma de sumário, em conformidade com o disposto no artigo 130, § 1º, da Lei nº 6.404/1976. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia Geral Extraordinária, lavrada a presente Ata que, após lida, discutida e achada conforme, foi assinada por: Presidente: Sr. Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira e Secretária: Sra. Sabrina Indelicato Penteado; Acionista: Arteris S.A. (por Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira e Flávia Lúcia Mattioli Tâmega). Ribeirão Preto, 26/06/2026. (ass.:) **Sabrina Indelicato Penteado** – Secretária. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 269.170/26-1 em 14/07/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Vianorte S.A.

CNPJ/ME nº 02.366.097/0001-86 – NIRE 35.300.154.207

Ata da Reunião da Diretoria realizada em 25 de junho de 2026

Data, Hora e Local: Aos 25/06/2026, às 09h30, na Rod. Anhanguera, Km 312,2, Pista Norte, Ribeirão Preto-SP. **Presença:** Presença da totalidade dos diretores da Companhia. **Mesa:** Presidente: Sr. Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira – Secretária: Sra. Sabrina Indelicato Penteado. **Ordem do Dia:** 1. Nos termos do artigo 11, "vii" do Estatuto Social da Companhia, aprovar e ratificar a celebração, pela Companhia, dos contratos listados no Anexo I da presente Ata. **Deliberações aprovadas:** 1. Nos termos do artigo 11, "vii" do Estatuto Social da Companhia, aprovar e ratificar a celebração, pela Companhia, dos contratos listados no Anexo I da presente Ata; e 2. Aprovar a lavratura desta ata em forma de sumário, em conformidade com o disposto no artigo 130, § 1º, da Lei nº 6.404/1976. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente Ata, que lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes, Ribeirão Preto, 25/06/2026. (ass.:) **Sabrina Indelicato Penteado** – Secretária. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 269.308/26-0 em 15/07/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

ViaPaulista S.A.

CNPJ/ME nº 28.019.100/0001-89 – NIRE 35.300.505.051 – Companhia Aberta

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de junho de 2026

1. **Data, Hora e Local:** Aos 26/06/2026, às 09:00 horas, na sede social da "Companhia", na Rodovia Anhanguera, Km 312,2, Pista Norte, Jardim Jôquei Clube, CEP 14079-000, Ribeirão Preto-SP, CEP 14.079-000. 2. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença dos membros do acionistas representantes da totalidade das ações de emissão da Companhia. 3. **Mesa:** Presidente: Sr. Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira; Secretária: Sra. Sabrina Indelicato Penteado. 4. **Ordem do Dia:** 4.1. Aprovar e ratificar a celebração, pela Companhia, dos contratos listados no Anexo I da presente Ata. 5. **Deliberações:** Por unanimidade, os acionistas deliberam o que segue: 5.1. Nos termos do artigo 8º, "iv" do Estatuto Social da Companhia, aprovar e ratificar a celebração, pela Companhia, dos contratos listados no Anexo I da presente Ata; e 5.2. Aprovar a lavratura da presente Ata sob a forma de sumário, nos termos do disposto no artigo 130, § 1º, da Lei nº 6.404/76. 6. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente Ata. Presidente: Sr. Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira e Secretária: Sra. Sabrina Indelicato Penteado; Acionistas: Arteris S.A. (por Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira e Flávia Lúcia Mattioli Tâmega) e Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. (por Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira e Flávia Lúcia Mattioli Tâmega). Ribeirão Preto, 26/06/2026. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 269.832/26-9 em 15/07/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

ViaPaulista S.A.

CNPJ/ME nº 28.019.100/0001-89 – NIRE 35.300.505.051 – Companhia Aberta

Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de junho de 2026

1. **Data, Hora e Local:** Aos 25/06/2026, às 15:30 horas, no Município de Ribeirão Preto-SP, na Rodovia Anhanguera, Km 312,2, Pista Norte, Jardim Jôquei Clube, CEP 14.079-000. 2. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. 3. **Mesa:** Presidente: Sr. Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira; Secretária: Sra. Sabrina Indelicato Penteado. 4. **Ordem do Dia:** 4.1. Nos termos do artigo 13, "d" do Estatuto Social da Companhia, aprovar e ratificar a celebração, pela Companhia, dos contratos listados no Anexo I da presente Ata. 5. **Deliberações:** Os Conselheiros, por unanimidade, deliberaram o que segue: 5.1. Nos termos do artigo 13, "d" do Estatuto Social da Companhia, aprovar e ratificar a celebração, pela Companhia, dos contratos listados no Anexo I da presente Ata; e 5.2. Autorizar a lavratura desta ata em forma de sumário, em conformidade com o disposto no artigo 130, § 1º, da Lei nº 6.404/1976. 6. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Reunião, sendo lavrada a presente Ata. Presidente: Sr. Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira e Secretária: Sra. Sabrina Indelicato Penteado; Conselheiros: Sra. Giane Luza Zimmer Freitas, Sr. Roberto Paolini, e Sra. Flávia Lúcia Mattioli Tâmega. Ribeirão Preto, 25/06/2026. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 269.611/26-5 em 15/07/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Autovias S.A.

CNPJ/ME nº 02.679.185/0001-38 – NIRE 35.300.156.625

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de junho de 2026

1. **Data, Hora e Local:** Aos 26/06/2026, às 08:30 horas, na sede social da "Companhia" no Município de Ribeirão Preto-SP, na Rua David Capistrano da Costa Filho, 185, Jardim Ouro Branco, CEP 14079-795. 2. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença do acionista representante da totalidade das ações de emissão da Companhia. 3. **Mesa:** Presidente: Sr. Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira; Secretária: Sra. Sabrina Indelicato Penteado. 4. **Ordem do Dia:** 4.1. Aprovar e ratificar a celebração, pela Companhia, dos contratos listados no Anexo I da presente Ata. 5. **Deliberações:** O acionista deliberou o que segue: 5.1. Nos termos do artigo 8, "vii" do Estatuto Social da Companhia, aprovar e ratificar a celebração, pela Companhia, dos contratos listados no Anexo I da presente Ata; e 5.2. Aprovar a lavratura desta ata em forma de sumário, em conformidade com o disposto no artigo 130, § 1º, da Lei nº 6.404/1976. 6. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente Ata. Presidente: Sr. Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira e Secretária: Sra. Sabrina Indelicato Penteado; Acionista: Arteris S.A. (por Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira e Flávia Lúcia Mattioli Tâmega). Ribeirão Preto, 26/06/2026. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 269.594/26-7 em 15/07/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Autovias S.A.

CNPJ/ME nº 02.679.185/0001-38 – NIRE 35.300.156.625

Ata da Reunião da Diretoria realizada em 25 de junho de 2026

1. **Data, Hora e Local:** Aos 25/06/2026, às 14:00 horas, em Ribeirão Preto-SP, na Rua David Capistrano da Costa Filho, 185, Jardim Ouro Branco, CEP 14079-795. 2. **Presença:** Presença da totalidade dos diretores da Companhia. 3. **Mesa:** Presidente: Sr. Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira; Secretária: Sra. Sabrina Indelicato Penteado. 4. **Ordem do Dia:** 4.1. Aprovar e ratificar a celebração, pela Companhia, dos contratos listados no Anexo I. 5. **Deliberações:** Os diretores, por unanimidade, deliberaram: 5.1. Nos termos do artigo 11, "vii" do Estatuto Social, aprovar e ratificar a celebração, pela Companhia, dos contratos listados no Anexo I da presente Ata; e 5.2. Aprovar a lavratura desta ata em forma de sumário, em conformidade com o disposto no artigo 130, § 1º, da Lei nº 6.404/1976. 6. **Encerramento:** Nada mais, encerrada a Reunião, lavrou-se a Ata. Ribeirão Preto, 25/06/2026. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 269.593/26-3 em 15/07/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Centrovias Sistemas Rodoviários S.A.

CNPJ/ME nº 02.555.926/0001-79 – NIRE 35.300.155.611

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de junho de 2026

1. **Data, Hora e Local:** Aos 26/06/2026, às 08h30, na sede social da Centrovias Sistemas Rodoviários S.A. ("Companhia"), na Avenida Romano Zorzo, 2000, Jardim Sobradinho, Araras-SP. 2. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença do representante da totalidade das ações. 3. **Mesa:** Presidente: Sr. Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira; Secretária: Sra. Sabrina Indelicato Penteado. 4. **Ordem do Dia:** 4.1 Nos termos do artigo 8, "vii" do Estatuto Social, aprovar e ratificar a celebração dos contratos listados no Anexo I desta Ata. 5. **Deliberações:** 5.1 Nos termos do artigo 8, "vii" do Estatuto Social, aprovar e ratificar a celebração, pela Companhia, dos contratos listados no Anexo I desta Ata; e 5.2 Aprovar a lavratura desta ata em forma de sumário. 6. **Encerramento:** Nada mais a tratar, foi encerrada a Assembleia e lavrada a presente Ata. Presidente: Sr. Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira e Secretária: Sra. Sabrina Indelicato Penteado. Araras, 26/06/2026. "Confere com a original lavrada em livro próprio". **Sabrina Indelicato Penteado** – Secretária. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 269.748/26-0 em 15/07/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

datamercantil.com.br

NEGÓCIOS

Fiscalização reprova ações sanitárias de um dos maiores frigoríficos de exportação da JBS após missão da UE



Um dos principais frigoríficos da JBS, a unidade exportadora da empresa localizada em Mozarlândia (GO) teve os planos sanitários e de qualidade reprovados por fiscais do Ministério da Agricultura e Pecuária devido a falhas identificadas por auditoria realizada pela União Europeia.

Conforme informações obtidas pela reportagem, técnicos europeus estiveram no Brasil em maio para avaliar o funcionamento do sistema oficial brasileiro de inspeção sanitária, conduzido pelo ministério. Frigoríficos, laboratórios e outras unidades envolvidas em controles oficiais foram visitados.

A unidade da JBS em Mozarlândia, uma das visitadas, é tratada pela

companhia controlada pela holding J&F Investimentos, dos irmãos Wesley e Joesley Batista, como uma das principais "vitrines de exportação" de carne bovina da empresa em todo o mundo. A unidade abate cerca de 2.000 cabeças de gado por dia nas linhas de produção.

Após a conclusão do trabalho pela missão europeia, o SIF (Serviço de Inspeção Federal) do Ministério da Agricultura voltou a avaliar a planta, para checar mudanças em procedimentos sanitários e de produção que o órgão já tinha apontado como necessárias para atender às exigências do bloco europeu. O órgão de controle reprovou a unidade. Questionada sobre o assunto, a JBS declarou, em nota, que "cumpre rigorosamente os protocolos sanitá-

rios" exigidos por todos os mercados em que atua. "Os apontamentos mencionados são pontuais, inerentes à rotina de fiscalização, e não representam risco à segurança dos alimentos nem comprometem a qualidade do produto final", declarou a companhia.

A reportagem questionou o Ministério da Agricultura sobre o assunto por emails enviados na terça e quarta-feira (22). Não houve resposta do ministério até a publicação desta reportagem.

Em um atestado de reprovação formalizado em 1º de julho, a fiscalização aponta que as falhas da planta estão ligadas a "deficiências identificadas durante a missão da União Europeia", sendo boa parte delas recorrentes.

Folhapress

GPA decide desocupar centro de distribuição em SP antecipadamente

O GPA (Grupo Pão de Açúcar) decidiu por rescindir antecipadamente um dos seus contratos de locação, esvaziando um de seus mais importantes centros de armazenamento e distribuição de mercadorias, na beira da Rodovia Anhanguera, perto entrada da cidade de São Paulo, segundo fato relevante publicado na última quarta-feira (22) pela gestora de fundos de investimento imobiliário Bresco Logística.

O contrato celebrado em 29 de junho de 2018 foi renovado em 2024, e tinha vigência até 18 de janeiro de 2032.

No acordo estava previsto um aviso prévio de nove meses antes da saída, bem como indenização equivalente ao fundo no valor de 4,5 vezes o valor do aluguel vigente proporcional ao prazo remanescente do contrato, sendo ambos os valores reajustados pela variação acumulada do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo).

A Bresco informou aos

cotistas que o contrato representa 6% da ABL (área bruta locável) de todos os imóveis do fundo, e que o aluguel deste galpão gerava dividendos de R\$ 0,08 por cota.

Atualmente, o GPA enfrenta um plano de recuperação extrajudicial e está em busca de cerca de R\$ 4,5 bilhões para quitar suas dívidas. O anúncio foi feito em março deste ano, e o acordo teve autorização unânime do conselho de administração.

Um dia depois, a justiça aceitou o pedido da companhia, com o deferimento do processo pelo Juízo da 3ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo.

"Nesse período, a Companhia confia que conseguirá o apoio da maioria dos créditos sujeitos ao processo e espera chegar a uma solução estruturada que resolva simultaneamente a liquidez de curto prazo e a sustentabilidade financeira de longo prazo", disse em documento à época.

Folhapress

iFood vai expandir rede de pontos de apoio para entregadores até o fim de 2026



O iFood pretende construir ao menos 18 novos pontos de apoio para entregadores até o final de 2026, chegando a 72 unidades do tipo em aos menos 20 cidades brasileiras. A iniciativa atende a algumas leis estaduais ou mesmo projetos de lei que preveem locais para descanso, carregamento de celular e alimentação.

A estrutura é aberta aos profissionais de todas as plataformas de entrega e não apenas aos cerca de 600 mil entregadores cadastrados no iFood, e, segundo a empresa, faz parte de uma meta traçada de ter um ponto de apoio a ao menos dez minutos de distância

nas 20 principais capitais.

A unidade mais recente foi inaugurada em Porto Velho (RO). Em locais como São Paulo (SP), Brasília (DF), Belo Horizonte (MG), Fortaleza (CE), ABC Paulista, Piracicaba (SP) e Juiz de Fora (MG) já há unidades dentro da meta estabelecida, diz a empresa.

Os locais têm banheiros, água e tomadas para recarga de celulares. Em alguns deles, há ainda áreas de descanso, café, micro-ondas e wifi grátis. Em algumas unidades, campanhas de saúde, bem-estar e capacitação têm sido realizadas, além da distribuição de itens como capas de chuva, jaquetas, bags e camisetas com proteção UV.

Segundo Luana Ozemela, vice-presidente de impacto e sustentabilidade do iFood, os pontos de apoio foram criados a partir das demandas apresentadas pelos entregadores e fazem parte da estratégia da empresa para ampliar o conforto, a segurança e as condições de trabalho da categoria.

O aplicativo diz que já investe na iniciativa há quatro anos. Atualmente, mais de 2.000 profissionais utilizam os pontos de apoio todos os dias. Em 2025, a empresa informou ter investido R\$ 744 milhões em ações voltadas aos entregadores, incluindo a expansão dessa rede e de hubs de apoio.

Folhapress